

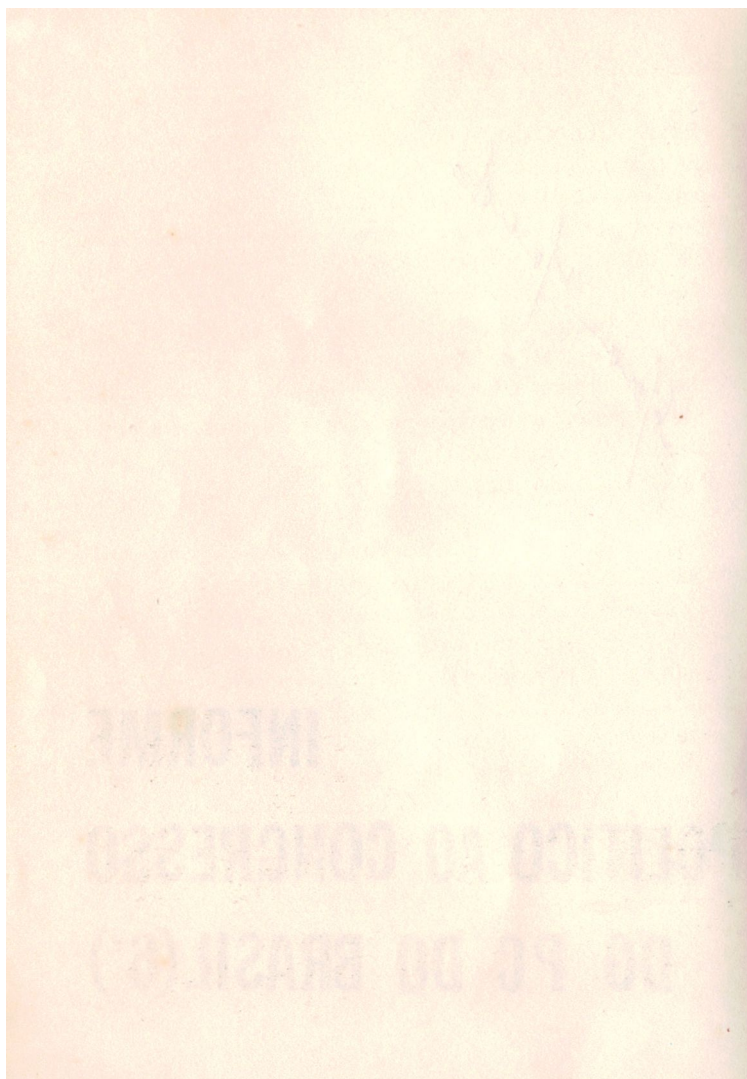


**INFORME POLÍTICO
AO CONGRESSO DO
PC DO BRASIL**



para estudo

**INFORME
POLÍTICO AO CONGRESSO
DO PC DO BRASIL (6^o)**



CAMARADAS DELEGADOS:

Passaram-se dezesseis anos desde a realização da VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, Conferência que, pela ampla participação das organizações partidárias, pelas questões debatidas e decisões tomadas, nas condições de dura clandestinidade, teve a envergadura de um Congresso do Partido. Foi um período difícil, de negra reação para a classe operária e o povo brasileiro. Anos de terror fascista, de lutas heróicas e abnegadas nas quais os comunistas se destacaram como revolucionários valorosos.

Nesse espaço de tempo, operaram-se inúmeras mudanças no quadro internacional. O imperialismo norte-americano suportou amargas derrotas, sobretudo na Ásia, onde se viu forçado a retirar-se do Vietnã. No Irã e na Nicarágua repetiram-se os reveses ianques. A União Soviética desmascarou-se como potência social-imperialista. Ocupou militarmente a Checoslováquia, envolveu-se em vários conflitos armados na África, invadiu o Afeganistão, converteu Cuba em seu satélite e, atualmente, ameaça o emprego da força militar na Polônia. A China Popular aliou-se à reação e ao imperialismo estadunidense. Somente a Albânia, fiel aos princípios de luta de classes da doutrina marxista-leninista, constrói o socialismo científico.

Eclodiu também a crise no sistema capitalista mundial, inclusive nos países revisionistas, abalando seus alicerces. É a maior crise já verificada nesse sistema. Cai o nível da produção, a inflação progride. Há milhões de desempregados por toda a parte. Em conseqüência, a situação da classe operária e das camadas populares, particularmente nos países menos desenvolvidos, torna-se angustiante. O proletariado e as massas

laboriosas manifestam de diferentes modos seu descontentamento, levantam-se em ações cada vez mais radicais contra o imperialismo e os reacionários, em prol dos seus direitos, da liberdade, do socialismo.

Na esfera ideológica, acentuou-se a tendência centrífuga no revisionismo soviético. Os chamados eurocomunistas, bem como seus assemelhados da Ásia e de outras regiões, proclamam a sua "independência" em relação ao PCUS. O foquismo castrista desintegrou-se. E o pensamento Mao Tsetung acabou por revelar-se como concepção oportunista, uma variante do revisionismo contemporâneo. Em luta contra essas tendências anti-revolucionárias e em defesa da doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin, fortaleceu-se a corrente marxista-leninista em todo o mundo. Criaram-se e consolidaram-se numerosos partidos proletários-revolucionários.

Também no Brasil ocorreram mudanças de certa importância. Desenvolveu-se o capitalismo, ao mesmo tempo em que a dependência do país ao capital financeiro internacional aumentava. Alargou-se o monopólio da terra: vastas áreas do território nacional passaram às mãos dos espoliadores estrangeiros e de setores da grande burguesia. Politicamente, o regime militar, como previra a VI Conferência, conduziu a nação a uma situação catastrófica. Os generais isolaram-se. Ante a oposição generalizada, manobram promovendo uma falsa *abertura* política. Nesse processo, a classe operária e o povo conquistaram significativas vitórias de cunho democrático e organizaram melhor suas forças.

Igualmente nesse período, o PC do Brasil pôs à prova sua vitalidade e sua contextura marxista-leninista. Sofreu sérios golpes. Em nenhum momento, porém, deixou de atuar.

Foi a única organização de esquerda que as manteve estruturada e em funcionamento no país nos anos da repressão terrorista. Vivendo em rigorosa clandestinidade, o Partido recorreu a métodos restritos de organização e de atuação. Mas esforçou-se por realizar, dentro das exíguas possibilidades, o trabalho de direção coletiva. Sem temer as dificuldades, o Partido levou à prática as tarefas estabelecidas na VI Conferência. Desenvolveu ações combativas nas cidades e no campo, onde ergueu, com a resistência armada do Araguaia, o mais decidido movimento de luta do nosso povo contra a ditadura militar-fascista.

Convocada em princípios de 1978, a VII Conferência Nacional, agrupando membros do Comitê Central e elementos representativos das organizações partidárias de vários Estados, desempenhou papel de destaque na rearticulação nacional do Partido, depois dos trágicos acontecimentos de fins de 1976. Traçou uma orientação condizente com a nova situação e indicou as tarefas que se impunham. Após a VII Conferência, o Partido empenhou-se em melhorar a composição social de suas fileiras, em estruturar todos os militantes segundo as normas estatutárias, em aprofundar a linha política e divulgar seus principais documentos. Desde então, cresceram seus efetivos, aumentou sua influência entre a classe operária e o povo, reforçou-se sua organização e unidade à base de princípios.

Nos dezesseis anos transcorridos, o Partido travou séria luta ideológica contra tendências pequeno-burguesas, estranhas ao proletariado revolucionário, e contra tentativas fracionistas e liquidacionistas. Os inimigos infiltrados no Partido foram batidos e expulsos dos quadros partidários.

Esse enfrentamento ideológico contribuiu grandemente para a educação revolucionária dos comunistas, fornecendo-lhes novas armas visando a defesa da doutrina marxista-leninista e o seu constante enriquecimento.

Neste Congresso faremos um balanço da atividade realizada e um exame mais geral e aprofundado de questões relacionadas com a revolução brasileira, tirando experiências e indicando o rumo a seguir. Nossa atividade não foi infrutífera. Êxitos e avanços, em todas as frentes de luta, comprovam o amadurecimento político-ideológico da vanguarda da classe operária no Brasil, cada vez mais comprometida a levar adiante, até a vitória, a bandeira da revolução e do socialismo.

* * *

CAMARADAS DELEGADOS:

Muitos são os heróis e mártires do Partido tombados na luta contra a ditadura e pelos interesses fundamentais da classe operária e do povo brasileiro. Prestemos aqui, com um minuto de silêncio, nossa homenagem aos que caíram gloriosamente nessa luta. São eles: Maurício Grabois, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhardini, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, membros da Comissão Executiva do Comitê Central; Paulo Rodrigues, Huberto Bronca, João Batista Drumond, Lincoln Roque, membros do Comitê Central; Rui Frazão, dirigente regional; Osvaldo Orlando da Costa, João Haas Sobrinho, André Grabois, Gilberto Maria, Líbero Giancarlo Castiglia,

Helenira Rezende, Dina e Antônio Teixeira, Lúcio, Jaime e Maria Lúcia Petit, Antônio de Pádua, Marcos José e João Gualberto, Ciro Salazar, Daniel Calado, Guilherme Lund, Manuel Nurchis, Divino de Souza, Idalísio e Valquíria Aranha, Bergson Gurjão Farias, Arildo e Áurea Valadão, Demarval Pereira, Pedro Alexandrino, Nelson e José Dourado, Dinaelza Coqueiro, Sueli Kanaïama, Jana Barroso, Kleber da Silva, Miguel Pereira dos Santos, Lúcia Maria de Souza, e mais dezenas de militantes caídos na luta guerrilheira do Araguaia, juntamente com Alfredo, Luizinho, Carretel, Lourival e outros camponeses da região. Todos eles merecem o nosso profundo respeito e eterna gratidão. Legaram ao Partido, à classe operária e ao povo um grandioso exemplo de coragem e desprendimento, de bravura e abnegação sem limites à causa da revolução e do socialismo.

Nossa homenagem estende-se igualmente ao camarada Diógenes Arruda Câmara, destacado membro do Comitê Central do Partido, falecido quando de seu regresso ao país, depois de sete anos de exílio. Ele dedicou sua vida à luta pela emancipação do proletariado e trabalhou sem descanso para forjar a vanguarda marxista-leninista dos explorados e oprimidos.

Seus nomes e seus feitos são imperecíveis.

I – SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

O panorama internacional indica sério agravamento de todas as contradições de época que vivemos. Assinala a degradação acelerada do sistema imperialista e social-imperialista, enquanto revela o imenso potencial das forças revolucionárias mundiais.

1. Das contradições sociais em agravamento, a mais importante e decisiva, que se encontra na base de toda sociedade capitalista, é a que se verifica entre o capital e o trabalho, ou seja, entre a burguesia e o proletariado. Ela tornou-se ainda mais profunda e insustentável. A exploração da classe operária no mundo inteiro não tem paralelo. Com a revolução técnico-científica e o alto nível atingido pela monopolização da economia, intensifica-se essa exploração em todos os sentidos. A *mais-valia* arrancada dos produtores aumenta sempre mais. As conquistas do proletariado são rebaixadas ou eliminadas. O exército industrial de reserva é cada dia maior. Por toda a parte cresce a miséria das massas trabalhadoras, cujo padrão de vida cai sem parar. A crise, que atinge duramente a classe operária, não é senão o produto da contradição entre a socialização gigantesca do trabalho e a apropriação, por uns poucos, dos bens produzidos. Em consequência, acumula-se em todos os países um vasto descontentamento contra o sistema capitalista que não tem condições de resolver, sequer de amenizar, a situação angustiante em que se encontra o conjunto do proletariado.

Aprofunda-se também a contradição entre o imperialismo, em particular o dos Estados Unidos e o da União Soviética, e os povos dos países dependentes, semicoloniais e coloniais. A espoliação desses países pelo capital financeiro é enorme. As multinacionais dominam suas economias, exploram a mão-de-obra barata, apossam-se das riquezas naturais. Através de empréstimos a juros exorbitantes, sem nenhum proveito para os povos, os banqueiros internacionais arrancam deles bilhões de dólares anualmente. Avoluma-se o ódio ao imperialismo e ao social-imperialismo, ódio que se estende às

classes dominantes locais vendidas ou associadas aos exploradores internacionais. A vontade de luta das massas pela independência nacional e pela emancipação social aumenta continuamente.

Crescem de igual modo as contradições interimperialistas. Em primeiro lugar, entre as duas superpotências — os Estados Unidos e a União Soviética — mas também entre os Estados Unidos e as potências capitalistas da Europa e da Ásia, entre o Leste e o Oeste europeu imperialistas, entre o Japão e a União Soviética, etc. Elas se expressam na luta acirrada pelo domínio do mundo, pela conquista de mercados, campos de investimentos, áreas de influência, bem como no protecionismo alfandegário para obstar a concorrência dos rivais.

2. O agravamento das contradições engendradas pelo capitalismo reflete-se na crise econômico-financeira que avassala o mundo. A crise, cujas primeiras manifestações vêm desde vários anos, ganhou amplas dimensões e afeta todos os países capitalistas e social-imperialistas. Há forte queda da produção, paralisação ou redução de atividades industriais básicas, limitações do mercado consumidor, avalanche de falências — somente na Europa, no primeiro semestre de 1982, cresceu o número de empresas insolventes: 21% na Grã Bretanha, 50% na Alemanha, 15,8% na Bélgica, e, segundo o Dresdner Bank, umas 12 mil firmas estavam ameaçadas de fechar suas portas ano passado, o que seria um recorde no período de pós-guerra.

São bastante altas as taxas de desemprego. Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) existem, somente nos países industriali-

zados do Ocidente e no Japão, 28 milhões de desempregados. Os EE.UU. já atingiram a casa dos 12 milhões. No conjunto do mundo capitalista, admite-se a cifra de 100 milhões de sem-trabalho. Em países outrora socialistas ou revolucionários também ocorrem fenômenos semelhantes. O ritmo do desenvolvimento da URSS no último quinquênio é de 40% a 60% menor do que o da média dos anos anteriores. 10% da população ativa está sem emprego. O impulso de crescimento industrial da Polônia, em 1979, foi metade do de 1978 e, atualmente, é ainda mais baixo. Na Hungria e na Bulgária o aumento dos preços de alguns artigos de primeira necessidade ultrapassa 30%, sendo que na Polônia vai a mais de 100% e em alguns casos alcança 400%. Na Iugoslávia há um milhão de desempregados. Na China, além da imensa massa de desocupados, os preços sobem, e a economia estagnada busca recursos nos centros imperialistas. Hoje, como no passado, exporta mão-de-obra barata para os países capitalistas.

Mas onde a crise causa maiores abalos é nos países menos desenvolvidos. Os mais poderosos tratam de descarregar boa parte de suas dificuldades sobre esses países. A brusca redução na compra de matérias-primas e produtos primários pelos grandes centros industriais, a violenta baixa nos preços desses produtos e matérias-primas, o recuo na produção de suas indústrias, em geral controladas pelas multinacionais, atingem gravemente suas débeis economias. As balanças comerciais apresentam enormes déficits. O pagamento dos juros das dívidas externas consome grande parte de seus recursos financeiros. Sem condições de competitividade e buscando divisas fortes, são obrigados a exportar manufaturados abaixo do custo. Muitos desses países encontram-se numa situação de pré-insolvência.

A crise poderá perdurar por longo período. O capitalismo não espera, a médio prazo, contorná-la. A manutenção dos preços de monopólio atua no sentido de retardá-la. Se persistir o sistema capitalista, a tendência será a lenta agonia da economia mundial durante largo tempo, com seus reflexos desastrosos sobre as massas trabalhadoras e populares.

3. Paralelamente à crise, intensifica-se a preparação guerreira. É real o perigo de guerra. Acentua-se a disputa entre os vários blocos imperialistas, especialmente entre os Estados Unidos e a União Soviética, pretendentes à hegemonia mundial. A contenda realiza-se simultaneamente em diversas regiões – na Europa, na África, no Oriente Médio, no Sudeste da Ásia, na Índia e no Paquistão, na América Latina, etc. Vivemos um momento em que as duas superpotências inspiram sua atividade internacional em fatores militares. Dispõem suas forças e recursos em função de futuros choques armados. Uma e outra tratam de concertar alianças com objetivos bélicos ou consolidar as já existentes. A União Soviética ocupa estrategicamente o Afeganistão; ameaça a Polônia em cujas fronteiras realiza constantes manobras militares; reforça seus contingentes nas áreas do Pacto de Varsóvia; constrói bases em várias regiões; implanta-se no Sudeste Asiático, no Chifre da África, no Golfo Pérsico, no mar das Caraíbas. Os Estados Unidos fazem o mesmo. Ampliam e fortalecem a OTAN, atraindo novos países ou coagindo os que vacilam; sustentam Israel como força de choque agressiva; armam a Arábia Saudita, o Egito e várias nações do Golfo Pérsico, atraindo-os para sua área de influência; apertam o controle do Paquistão; fazem pressão sobre o Japão e intervêm na

Coréia do Sul; apetrecham a base de Diego Garcia no Oceano Índico; aliam-se com a China ao mesmo tempo que rearmam a ilha de Taiwan; estimulam o anti-sovietismo na Polônia; reativam o apoio às ditaduras militares da América Latina; intervêm em El Salvador; auxiliam a intervenção militar colonialista da Inglaterra nas Malvinas; incitam a África do Sul contra seus vizinhos. A China, sob o pretexto de combater o inimigo principal que seria a URSS, junta-se a uma das superpotências, os Estados Unidos, para combater a outra, procurando arrastar os povos à carnificina nuclear.

Um dos elementos mais característicos de preparação de guerra é a corrida armamentista, apoiada na produção de artefatos nucleares, que conduz à militarização da economia. Os Estados Unidos aceleram a fabricação da bomba de nêutrons, seguidos pela União Soviética. Os estoques de armamentos nucleares crescem incessantemente, assim como o número de aviões militares, de navios de guerra, de submarinos atômicos, de mísseis de médio e longo alcance. A indústria de guerra é a única que não está em crise. O comércio de armamentos é dos mais prósperos. Segundo um Instituto Internacional com sede em Estocolmo, na última década o mundo gastou quatro trilhões de dólares na compra de armas. A corrida armamentista, como dizia Stálin, desemboca em geral no oceano dos conflitos bélicos.

4. Contudo, o objetivo essencial na atuação dos imperialistas e social-imperialistas, a China inclusive, é o expansionismo insaciável, a luta pelo domínio do mundo. Nos países dependentes e semicoloniais concentra-se em boa parte a atenção dos monopólios e dos exploradores. E é aí também

onde se tornam mais intensos os atritos entre as superpotências. Sob a capa de ajuda ao desenvolvimento dessas regiões, intensifica-se o saqueio de suas riquezas e o controle de suas economias. Simultaneamente, as grandes potências procuram arrastar esses países para seus esquemas estratégicos. Tramam golpes militares. Provocam conflitos localizados com o propósito de assegurar posições vantajosas e vender armamentos. Fomentam a hostilidade entre os povos, desviando-os da ação contra seus verdadeiros inimigos. Por trás da confrontação do Iraque com o Irã, da Etiópia com a Eritreia e a Somália, do Marrocos com o Saara Ocidental, de Israel com o Líbano e a Síria, da África do Sul com Angola e Moçambique estão os interesses imperialistas e social-imperialistas.

5. Sobressai ainda no quadro mundial a tendência à reação e ao fascismo. Lênin assinalou que o imperialismo é a negação da liberdade, a reação em toda a linha. O capitalismo já não pode conviver com a democracia, mesmo limitada. Por isso, os direitos democráticos vão sendo sistematicamente reduzidos ou anulados, os movimentos operários e populares reprimidos ferozmente. Sucedem-se as ditaduras e os golpes militares. A eleição de Reagan para a presidência dos Estados Unidos marca o fim da política demagógica de defesa dos direitos humanos apregoada por seu antecessor. Novamente esse país se coloca sem rodeios à frente da cruzada antidemocrática em todo o mundo. Na União Soviética e seus satélites usam-se métodos brutais visando aniquilar os opositores e esmagar os anseios das massas. O estado de sítio implantado na Polônia ressalta o emprego de recursos arbitrários dos revisionistas para conter o descontentamento popular. A

China demonstrou, com o julgamento da viúva de Mao Tsetung e de seus correligionários maoistas, até que o ponto chega a hipocrisia dos atuais dirigentes chineses na repressão aos discordantes da sua política aventureira e contra-revolucionária. Na Alemanha Ocidental recorre-se ao envenenamento ou fuzilamento de presos políticos. Na Inglaterra reprime-se a ferro e fogo a rebelião de jovens imigrantes e se persiste na sangrenta campanha de esmagamento da luta dos patriotas irlandeses. Na Turquia e no Irã fuzilam-se patriotas e democratas. O recente massacre de palestinos no Líbano, estimulado e dirigido pelo exército intervencionista de Israel, com o apoio norte-americano, põe a nu o banditismo do imperialismo e da reação. Na América Latina, a par do assassinato de milhares de democratas e revolucionários, condenam-se sindicalistas, jornalistas e parlamentares por delito de opinião. O terrorismo está sendo empregado pelas classes dominantes como instrumento de intimidação e coerção dos trabalhadores e do povo em luta por seus direitos.

6. Em contraste com esse quadro de crise, de guerra em preparação, de saqueio e submissão dos povos, de reação e fascismo que caracteriza o mundo capitalista e social-imperialista dos dias atuais, a Albânia Socialista constrói decididamente, apesar das imensas dificuldades do cerco imperialista-revisionista, uma nova sociedade dirigida pela classe operária. Ali não há crise, nem inflação, nem desemprego, nem corrida armamentista. O seu povo, dirigido pelo Partido do Trabalho, empenha-se na constante elevação do bem-estar, da cultura, do progresso para todos. O governo albanês defende uma política de paz e de boas relações com os vizinhos, opõe-se às agressões

militares, aos atentados às liberdades e aos direitos dos trabalhadores. A Albânia é um verdadeiro amigo dos que se batem pela independência nacional, pela democracia e pelo socialismo. Justamente por isso torna-se alvo de provocações das forças imperialistas e reacionárias, dos titistas e soviéticos, interessadas em criar clima de intranquilidade e confronto armado nos Bálcãs. Tais forças defrontam-se, porém, com a firmeza do governo da Albânia e com a unidade do seu povo disposto a defender a segurança e as conquistas revolucionárias de sua pátria. Os trabalhadores e setores progressistas de todos os países cerram fileiras em defesa da Albânia, que mantém erguida e vitoriosa a bandeira do socialismo proletário, em contraposição ao mundo decadente do capitalismo.

7. Os imperialistas, os social-imperialistas e a reação encontram por toda a parte a resistência crescente dos povos. Sob as mais variadas formas, desenvolve-se a luta pela liberdade e pela paz, contra a exploração capitalista, em prol da independência nacional e do socialismo.

A despeito da orientação capituladora dos revisionistas e reformistas que dominam as grandes centrais sindicais, a classe operária levanta-se em poderosas greves opondo-se à ofensiva do capital e às péssimas condições de existência. (Hoje, afirma a ONU, 1/4 da população mundial — 1 bilhão de pessoas — passa fome e sofre de desnutrição crônica). As greves mobilizam dezenas de milhões de trabalhadores. Não somente nos países capitalistas desenvolvidos — Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Suécia, Itália, Japão — mas igualmente em países como o Brasil, a Argentina, o Peru, a Polônia, a Índia. Mesmo nas antigas colônias africanas

multiplicam-se as ações paredistas e os choques violentos entre o proletariado e as forças da burguesia. A característica principal de tais lutas é a sua amplitude, a resistência prolongada e os repetidos enfrentamentos com os órgãos de repressão.

Os movimentos revolucionários estendem-se a diversas regiões. O povo iraniano destruiu a monarquia sangrenta do Xá Pahlevi, as massas populares da Nicarágua puseram fim a uma das mais longas e odiosas ditaduras do Hemisfério. Em El Salvador o regime reacionário é golpeado pela luta guerrilheira e somente se mantém devido à intervenção ianque. Progredem as ações armadas na África, na América Latina, na Ásia, no Oriente Médio. Levantes populares, em particular contra as discriminações raciais e a opressão nacional, ocorrem na Inglaterra, na Irlanda, nos Estados Unidos, na África do Sul, na Polônia. Em Kosova, dezenas de milhares de albaneses erguem-se contra os opressores sérvios. No Afeganistão desenvolve-se a oposição armada à ocupação soviética.

Particular relevo alcançou a luta contra a guerra, em especial na Europa. Após as declarações de Reagan sobre a possibilidade de um conflito bélico atômico limitado, tendo por cenário os países europeus, milhões de pessoas na Inglaterra, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, França, Espanha, Grécia manifestaram sua firme repulsa à política guerreira. É de destacar o fato de que tais manifestações dirigiram-se em geral contra as duas superpotências — os Estados Unidos e a União Soviética.

Numerosas são também as lutas democráticas contra a reação e o fascismo. No Brasil, na Argentina, no Chile, no Peru, no Paraguai, na Colômbia, em São Domingos, na Espanha, em Portugal, na Alemanha Ocidental, no Irã, na

Turquia, na Índia, no Paquistão, nos países africanos, na União Soviética e no Leste europeu ganham impulso as ações em defesa da liberdade, os protestos contra os assassinatos e as torturas de presos políticos. Milhões de camponeses lutam pela terra, exigem direitos democráticos. Assumem caráter radical as demonstrações populares contra a fome e as calamidades naturais.

Em todas essas lutas, o proletariado e as massas populares expressam sua condenação veemente ao imperialismo e ao sistema capitalista, propugnam, ainda que de maneira nem sempre clara, o socialismo. É evidente que se acumulam forças revolucionárias poderosas que acabarão se impondo.

Tal o quadro da realidade internacional. Realidade que aponta para choques e confrontos de grande envergadura entre as superpotências imperialistas, em disputa da hegemonia mundial, que pode levar à guerra; entre os povos brutalmente oprimidos e espoliados e os imperialistas e social-imperialistas opressores; entre as grandes massas populares que almejam a liberdade e as forças que representam a reação e o fascismo; e, especialmente, entre o proletariado e a burguesia, contra o capitalismo, pelo socialismo. Essas contradições somente serão resolvidas com ações radicais e espírito revolucionário. Se é certo que o perigo de guerra aumenta, que a reação prolifera e o jugo imperialista se torna mais pesado, não é menos certo que amadurecem objetivamente as condições para a revolução. O descontentamento popular assume proporções gigantescas, o sentimento de revolta cresce em toda a parte. Os regimes de cunho capitalista ou revisionista tendem para a instabilidade e as crises políticas. O mundo acha-se numa situação na qual um fato de maior gravidade na vida dos

povos pode precipitar a crise revolucionária em muitos países.

II – O BRASIL DOS NOSSOS DIAS

Particularmente nestas duas últimas décadas ocorreram modificações de vulto no Brasil. Tanto na sua estrutura econômica como na superestrutura estatal, jurídica, política e social.

1. Houve relativo desenvolvimento do capitalismo. Instalaram-se novos ramos industriais, progrediu a indústria de base levando à formação de modernos parques industriais, surgiram poderosas centrais de energia elétrica. Alargou-se o sistema de transportes. Expandiu-se o comércio exterior. Multiplicou-se e diversificou-se a produção agrária. Esse fenômeno foi desigual para as diferentes regiões do país e provocou deslocamentos entre os vários setores da indústria, declinando a participação relativa de alguns e aumentando a de outros.

Entre 1970 a 1975, com referência aos dez anos anteriores, a produção industrial quintuplicou. No PIB, calculado em 240 bilhões de dólares, a participação da indústria em 1980 era da ordem de 38%. No final desse ano, produziram-se 14 milhões de toneladas/ano de aço contra 3 milhões no início da década de 60. A construção naval, projetada em 1960, para construir 160 mil TPB/ano, em 1980 apresentava uma capacidade de construção da ordem de 2 milhões de TPB, tendo produzido navios que somaram 1,51 milhão de TPB. A indústria automobilística produziu, também nesse ano, 1.150.000 veículos, entre os quais caminhões e tratores. Progrediu a indústria eletroeletrônica, que começou a fabricar computadores. Aí trabalham cerca de 250.000 pessoas. Criou-

se e desenvolveu-se a indústria petroquímica. A produção de ácido sulfúrico, importante insumo industrial, com 2 milhões de toneladas em 1980, atingiu quase 3 vezes a produção do início da década de 70. Surgiu a indústria aeronáutica: de 1968 até agora o Brasil fabricou 2.805 aviões de pequeno porte, civis e militares. Desenvolveu-se também a indústria bélica: o país já exporta armamentos. Atualmente produz não apenas bens de consumo duráveis, mas igualmente máquinas e equipamentos. A produção total de cimento que era, em 1960, de 4,5 milhões de toneladas, chegou, em 1981, a 26.545.000 toneladas. A capacidade geradora instalada de energia hidroelétrica passou de 5.729 Megawatts em 1962 para 31.700 em 1980, e o consumo subiu de 23,5 bilhões de quilowatts, em 1964, para 87,2 bilhões em 1977. A extração de petróleo bruto e gás natural que era, em 1960, de 5.610.659 m³ alcançou 10.286.000 m³ em 1975, e hoje é bem maior. O consumo subiu de 15.297.000 m³ para 61.270.000 m³, em 1978.

Modificou-se assim o perfil industrial do país.

2. Destacam-se, outrossim, as modificações operadas no campo. Introduziram-se máquinas agrícolas variadas, aumentou o consumo de adubos, elevou-se o volume da produção global. Estima-se em 450.000 o número de tratores em atividade agrícolas. O emprego de fertilizantes passou de 1,1 milhão de toneladas, em 1971, para 4 milhões em 1980. O Brasil é hoje o 3º produtor e o 2º exportador de soja do mundo. A fabricação de açúcar alcança anualmente 10 a 11 milhões de toneladas, quase o dobro da de Cuba. A produção de café vai a mais de 30 milhões de sacos anuais, sujeita, porém,

às inclemências do tempo. Presentemente, desenvolve-se a produção em grande escala de álcool-combustível originado da cana-de-açúcar. Criaram-se complexos agroindustriais em várias regiões.

3. O comércio com o exterior ampliou-se. Antes de 1970, as exportações não passavam de 3 bilhões de dólares anuais. Hoje, é superior a 20 bilhões de dólares. O fundamental dessas exportações são ainda os produtos agrícolas, as matérias-primas e os semimanufaturados. Mas vai aumentando a exportação de manufaturados. No primeiro semestre de 1980, já alcançava 4,1 bilhões de dólares. O comércio exterior é, em muitos aspectos, fortemente subsidiado. Os produtos brasileiros são vendidos fora do país por preços bem inferiores aos do mercado interno.

4. Indiscutivelmente, o Brasil cresceu nestas duas últimas décadas.

O caráter do capitalismo em desenvolvimento é, porém, *dependente* e monopolista, submetendo fortemente o país ao capital financeiro internacional. Se anteriormente a 1964 já era considerável a penetração do capital estrangeiro, nestes últimos anos assume aspecto predominante. O montante desse capital na economia, em fins de 1980, era 6 vezes o de 1971. Controla 100% da indústria automobilística, 100% da de borracha, quase 100% da farmacêutica, 100% da indústria química (menos a petroquímica, onde se acha associado ao Estado), 80% da eletroeletrônica, 80% da de eletrodomésticos, 70% da de alumínio. De 1973 a 1977, foi o seguinte o crescimento do capital estrangeiro, conforme o Boletim do

Banco Central, 266% na indústria mecânica, 173% na de metalurgia, 216% na de materiais elétricos e de comunicação. Cerca de 80% de todo o capital sob controle imperialista localiza-se na indústria de transformação, particularmente nos ramos da química, do material de transporte, da mecânica, do material elétrico e de comunicação e da metalurgia. Estes ramos são decisivos para o setor industrial. Dominando-os, o capital estrangeiro estende seus tentáculos sobre o conjunto da indústria. Nas tradicionalmente nacionais, como a de madeira, celulose (papel e papelão) e têxtil, o avanço desse capital foi, respectivamente: 446%, 272% e 124%. No setor de autopeças, inicialmente reservado para o investimento nacional, o capital estrangeiro, até 1977, já havia crescido 164%. Somente em 4 anos, 1969/1973, a participação das empresas imperialistas nas vendas da indústria subiram de 29% para 43%. A companhia Souza Cruz detém 84% do mercado interno de cigarros, cabendo os restantes 16% a outras firmas do exterior. Nos meios financeiros, o resultado operacional dos bancos estrangeiros, no segundo semestre de 1979, acusava um aumento de 151,9% contra 54,3% dos bancos nacionais. Entre os 50 grandes bancos comerciais, situam-se doze ou treze grupos alienígenas. A maior participação estrangeira acha-se, porém, entre os bancos de investimentos. Em 1974, dos 16 principais, apenas 2 não tinham vinculação acionária com o capital de fora.

Na agricultura, cresce também a penetração do capital imperialista. O número de pessoas jurídicas com predominância de capital estrangeiro nas atividades agropecuárias aumentou 29,2% entre 1972 e 1976. A área total das propriedades rurais ocupadas pelos estrangeiros, segundo o INCRA, chegava

a 4,8 milhões de hectares até dezembro de 1976. 89% dessas terras pertencem a apenas 43 grandes empresas. Esses dados, porém, são incompletos. A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o problema da terra conseguiu extrair do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em 1968, uma relação das propriedades de *peças físicas e jurídicas* estrangeiras, na qual o total dessas propriedades perfaziam 12.943.947 de ha, não contando os holdings internacionais que registram suas propriedades como pessoas jurídicas nacionais. Aquela superfície corresponde a cerca de 130.000 quilômetros quadrados, mais que a metade do Estado de São Paulo, maior que a Bélgica, a Bulgária e a Coreia do Norte juntas. Sem falar de projetos como o do Jari (hoje sob o controle de testas-de-ferro de Ludwig), que abarca mais de 1 milhão de hectares, incluindo minas de caulim e de bauxita. Quase todas as multinacionais instalaram-se no interior do país, principalmente na Amazônia. É relativamente pequeno o número de unidades altamente produtivas ali implantadas por essas empresas. Boa parte da área ocupada mantém-se inaproveitada, revelando o objetivo de especulação futura. Em Minas Gerais criaram-se vários complexos agroindustriais apoiados no capital estrangeiro. Grandes fazendas de café no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais são controladas por monopólios e consórcios internacionais. Largas zonas do cerrado brasileiro passam ao controle do capital japonês através do projeto JICA de valorização das terras nele incluídas.

No comércio externo é grande a participação estrangeira. As multinacionais exportadoras controlam 51,3% das vendas para o exterior e as firmas nacionais apenas 20,51% (em 1979). Nos manufaturados que saem do país predominam os fabri-

cados por essas empresas — gigantes. Somente a Volkswagen, a GM e a Ford esperavam exportar em 1982 mais de 1 bilhão de dólares em veículos. Essa exportação conta com subsídios camuflados do Estado.

As fontes de matérias-primas vão sendo dominadas pelas multinacionais, diretamente ou em associação (joint-venture) com o Estado. O governo acaba de abrir à exploração das multinacionais as grandes reservas de minérios de Carajás. As empresas estrangeiras operam também na pesquisa e exploração de petróleo. Reivindicam agora a participação no projeto PRÓ-ÁLCOOL e na exploração do xisto. Alcoa e Shell, os dois maiores trustes norte-americanos do alumínio, implantaram um projeto no Norte do país que deve produzir 500.000 toneladas/ano de alumina e 100.000 de alumínio, na primeira fase. A Companhia Vale do Rio Doce (estatal) entregará a matéria-prima (1 milhão de toneladas/ano de bauxita) e a hidrelétrica de Tucuruí fornecerá a energia necessária por preços abaixo do custo. Cerca da metade da produção mineral do país pertence a grupos do exterior. Segundo recente estudo feito pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 46% do capital das 50 maiores empresas de mineração é de origem estrangeira. A produção desses 50 maiores grupos inclui 94% de ferro, 85% de manganês, 100% de pirocloro, 92% de cassiterita, 69% de ouro, 79% de tungstênio, 83% de cromita, 79% de calcáreo, 69% de argila, 97% de amianto, 98% de magnesita, 76% de fosfato natural e 85% de carvão mineral. Nos metálicos não-ferrosos a porcentagem de participação estrangeira chega a 61% e nos não-metálicos (excluído o carvão) a 85% (sem considerar a exploração do petróleo).

Mais recentemente, a penetração do capital financeiro internacional invade as áreas do comércio atacadista, supermercados, construção civil, materiais de construção, seguro-saúde, auditoria contábil, distribuição de água, transportes rodoviários, etc.

Nesse quadro de domínio do capital estrangeiro é necessário agregar a crescente associação desse capital com empresas nacionais, e a aplicação da tecnologia importada através da qual firmas estrangeiras controlam a produção do setor nacional e cobram elevadas somas dos que a utilizam.

A fim de incrementar o "desenvolvimento", cobrir déficits do balanço de pagamentos, favorecer créditos do exterior às multinacionais, o Brasil contraiu imensa dívida externa que, atualmente, ultrapassa a casa dos 106 bilhões de dólares, valor correspondente ao total de quatro anos de exportação do país. Os juros elevadíssimos dependem da manipulação dos credores que os podem elevar quando bem entenderem, alterando o custo do dinheiro já emprestado. Agora, os banqueiros internacionais, dos quais dependemos, estão fazendo maiores exigências para novos empréstimos: juros ainda mais altos (quanto maior é a dívida maior é a taxa de juros) e a vinculação dos empréstimos com a compra de equipamentos nos países fornecedores dos créditos. Quase a metade do montante dos empréstimos conseguidos na França (838 milhões de dólares) destina-se à aquisição de equipamentos naquele país, e um terço do restante é reservado à instalação de um desnecessário sistema de radares de origem francesa. Os emprestadores da União Soviética fazem o mesmo. Ao financiar a construção da hidrelétrica de Ilha Solteira exigiram que 20% dos equipamentos (que

poderiam ser produzidos no Brasil) proviessem da URSS.

Eis aí um dos aspectos essenciais do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sob a supervisão e com o comprometimento do regime militar: o domínio quase absoluto da economia nacional pelo capital estrangeiro, a entrega das riquezas naturais aos grandes monopólios imperialistas a espoliação violenta da nação por um punhado de magnatas do exterior.

5. Outra característica do desenvolvimento do país é a penetração do capitalismo em larga escala no campo. Tal penetração realizou-se conservando e estendendo o monopólio da propriedade da terra. A concentração dessa propriedade, que já era uma das maiores do mundo, reforçou-se ainda mais. Milhões de hectares passaram às mãos de novos ou de antigos proprietários, incentivados pelo Estado através de benefícios fiscais. Há no Brasil cerca de 5 milhões de propriedades agrícolas com uma superfície de 490 milhões de hectares. Somente 1,7% dos proprietários possuem 255 milhões de ha. que correspondem a 52% da área total das propriedades, segundo o cadastramento do INCRA, de 1976. Paralelamente à expansão do latifúndio, vai diminuindo a área ocupada pelas pequenas propriedades. O INCRA catalogou 2.758.740 minifúndios. Desse total, 680 mil possuem área inferior a 5 ha. Em algumas regiões a pequena e a média propriedade ficaram mais subordinadas aos interesses dos capitalistas. Na zona açucareira de São Paulo, por exemplo, os plantadores de cana (pequenos e médios) dependem inteiramente das usinas de açúcar e álcool, trabalham exclusivamente para elas. Os plantadores de fumo obedecem às exigências da Souza Cruz.

Os produtores de soja (pequenos e médios) acham-se sujeitos às imposições das multinacionais.

Os projetos capitalistas no campo estão ligados fundamentalmente com a exportação. Ocupam-se grandes áreas com o plantio de soja, de cana-de-açúcar, de café, de cacau, de plantas oleaginosas. Mesmo os complexos agroindustriais visam a exportação, como é o caso dos sucos cítricos. Com semelhante orientação, a produção para o mercado interno reduziu-se, o país importa freqüentemente arroz, feijão, batata e outros gêneros alimentícios. A pecuária também se adapta ao comércio exportador, em particular quanto à carne. Às margens do rio Araguaia instala-se por iniciativa de 13 grandes empresas, entre as quais a Volkswagen, o maior frigorífico da Amazônia, que deverá abater inicialmente 600 rezes por dia em função do mercado externo.

A expansão do latifúndio nem sempre é acompanhada de atividades produtivas. Em muitos casos, especialmente na região amazônica, as grandes propriedades servem para a obtenção de créditos e incentivos fiscais. Permite ao capital garantir-se das conseqüências da inflação com a aquisição de bens imóveis, a obter ganhos indiretos com a alta do preço da terra, cada vez mais valorizada pela abertura de estradas e pelos investimentos aí realizados.

Não obstante o avanço do capitalismo, a agricultura brasileira é ainda atrasada. Há um trator para cada 100 hectares de terras lavráveis, contra um trator para 17/20 ha. nos Estados Unidos e na Europa. Em grande parte, o plantio e a colheita são feitos com fraco nível de mecanização. A produtividade é relativamente baixa. A rentabilidade da cana-de-açúcar, do milho, do gado de abate e do leiteiro, dos cítricos,

etc. deixa muito a desejar. Destaca-se também o fato de que em boa parte a produção para o consumo interno é feita com base na economia familiar, antiquada.

Esse processo de penetração do capitalismo não proporcionou no campo a expansão, em bases amplas, do mercado interno, nem liquidou formas arcaicas de relações sociais. Milhões de camponeses expulsos de suas glebas não encontram trabalho. Em termos absolutos, cresceu o assalariado agrícola. Mas não em grande escala. Primeiro porque alguns produtos, como a soja, exigem reduzida mão-de-obra, o que ocorre também na pecuária e, segundo, porque os fazendeiros substituíram o antigo empregado permanente, que vivia nas fazendas e recebia parte do seu salário em espécie, pelo trabalhador eventual que mora na cidade, o chamado bóia-fria. Entre 1970 e 1975 predominavam nessa categoria as mulheres, e os menores de 14 anos. Boa parte da população, em particular da que habita no interior, não está integrada na produção. Executa trabalhos fortuitos, constitui a parcela dos subempregados.

As contradições sociais agravaram-se, a luta pela terra, em especial a dos posseiros (calculados em 1 milhão de pessoas), acirrou-se. Os trabalhadores volantes além de suas reivindicações específicas, reclamam também o usufruto da terra.

6. A crescente concentração do capital, dos recursos financeiros, da mão-de-obra e da renda nacional é igualmente uma das características do desenvolvimento dependente e monopolista. Em 1972, das 66 maiores empresas, com capital superior a Cr\$ 2 bilhões, 32 eram estatais (48,5% do total das empresas) com 66,6% do total do capital; 21 eram empresas

privadas estrangeiras (31% do total das empresas) com 23,5% do capital; e 13 eram nacionais (19,7% do total das empresas) com 9,9% do capital. Em fins de 1979 o quadro havia mudado. Das 100 maiores empresas, 37 eram estrangeiras, 32 estatais e 31 nacionais privadas (as duas últimas categorias associadas em geral ao capital estrangeiro). Já em 1974, na Grande São Paulo — o maior centro industrial do país — 0,09% dos estabelecimentos industriais empregavam 45% do total da força de trabalho. Nessa concentração da economia, jogam papel importante os grupos monopolistas da grande burguesia brasileira que representam a principal força do setor privado nacional. Nas indústrias de bens de capital, de 1970 a 1975, consolidaram-se os grupos Bardella, Romi, Tupy, Villares, Sanson e outros. Nesse período aumentou em 20% o patrimônio das empresas desse setor. No terreno financeiro a concentração é bastante acentuada. Criaram-se grandes conglomerados sob a orientação das autoridades monetaristas. De 1950 a 1968, reduziu-se o número de matrizes dos bancos: de 415 para 217, aumentando, no entanto, substancialmente o de agências bancárias que passaram de 2.783 para 7.587 e atingiram, em 1980, 11.300. Os bancos privados comerciais, entre 1970 e 1977, caíram de 144 para 69, resultado da fusão de diversos estabelecimentos bancários. Os 20 maiores conglomerados financeiros, em 1970, já absorviam mais da metade dos recursos disponíveis (58%); em 1980, essa absorção atingia três quartas partes dos recursos (74%). Entre esses conglomerados destacam-se o Bradesco, Banespa, Itaú, BEMGE, Banerj, Nacional, Bamerindus. Constituem o setor mais privilegiado da economia, obtendo lucros altíssimos.

Nesse setor, observa-se a transformação dos maiores

bancos comerciais em "grupos financeiros", sendo que os dez maiores, com exceção do Banco do Brasil, participam em bancos de investimentos, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, corretores de valores, seguradoras, corretoras de seguros, etc.

Desenvolveu-se também a poupança financeira a expensas dos fundos compulsórios, como o PIS, PASEP, FGTS, vale dizer, à custa dos trabalhadores. Esses fundos, em 1974, somaram 16% da poupança bruta interna.

Os grupos monopolistas brasileiros e os consórcios financeiros têm atualmente em suas mãos parte importante da economia. O processo de concentração eliminou um número considerável de pequenas e médias empresas. Não atingiu, porém, a fase de fusão do capital industrial com o capital bancário, malgrado as tentativas artificiais feitas com esse propósito pelas autoridades da área econômica. A evolução desses grupos e consórcios indica dependência do setor estatal e do capital estrangeiro ao qual se associam e defendem. Embora fazendo restrições à política econômica, financeira e social do governo, beneficiam-se dessa política, que lhes garante lucros elevados. Na atual conjuntura de crise, acenam com o estabelecimento de um pacto social ou anti-recessão, buscando atrair o proletariado para a colaboração de classe. Formam com o capital estrangeiro, o setor estatal e o sistema do latifúndio a base que sustenta e mantém o arcabouço reacionário e dependente da economia brasileira.

7. Esse tipo de desenvolvimento acentuou as desigualdades tanto nos ramos de produção como entre as diversas regiões do País. Enquanto o ramo da mecânica, entre 1968/

1975, apresentou altos índices de crescimento e o da química em 15 anos multiplicou por dois o número de estabelecimentos e por nove o valor da produção, o setor de produtos alimentares obteve índices médios de crescimento abaixo do conjunto da indústria, e o têxtil reduziu de maneira absoluta o número de pessoas ocupadas. Entre as várias regiões, o polo Sudeste concentra sempre mais, em todos os aspectos, sua participação industrial, sendo o Estado de São Paulo o de maior destaque nessa participação: detém 84% do valor da produção de material de transporte; na mecânica, papel e papelão, borracha, produtos farmacêuticos e materiais plásticos tem mais de 60% de todo o país. Os três Estados da região Sudeste representavam em 1976 cerca de 92% da produção de aço bruto do país. Minas Gerais segue, de longe, São Paulo, vindo depois o Rio de Janeiro. A região Sul, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é a segunda em importância industrial. Pequena é a participação do Nordeste e inexpressiva a da região Norte. Os dados de 1973/76 da Pesquisa Industrial do IBGE mostram que o Sudeste ocupava 70,6% do pessoal ligado à produção industrial; o Sul, 16,9%; o Nordeste, 9,9%; o Norte, 1,4%; e o Centro-Oeste, 1,12%.

8. O decantado desenvolvimento do Brasil contrasta também com a situação das grandes massas da população. Ao passo que as multinacionais conseguiram gigantescos lucros, transferiram bilhões de dólares para suas casas matrizes; os banqueiros internacionais recolheram de juros da dívida externa dezenas de bilhões de dólares; os grupos monopolistas da grande burguesia, em especial do setor financeiro, amealha-

ram ganhos elevados — os trabalhadores das cidades, as massas camponesas, a maioria do povo empobreceu, vive em péssimas condições. 5% da população apossa-se de 70% da renda nacional. Os outros 95% ficam apenas com 30% dessa renda. Em conseqüência, “há 40 milhões de brasileiros sem luz elétrica em suas casas, 55 milhões sem água encanada, 7 milhões de crianças que não vão à escola, 20 milhões de carentes totais, 5 milhões de trabalhadores sem remuneração, 5 milhões de famílias com renda abaixo da linha de pobreza” (dados do Secretário do Planejamento de São Paulo), afóra os milhões de menores abandonados que perambulam pelas grandes cidades. O proletariado, durante anos seguidos, sofreu o arrocho salarial, sua capacidade aquisitiva reduziu-se sensivelmente em relação ao ano de 1963. A miséria aumentou no campo, atingindo milhões de camponeses desprovidos de terra, sem proteção nem ajuda de qualquer espécie. O nível de ensino médio e superior baixou, ao mesmo tempo que o seu custo encareceu, tornando-o proibitivo a grande número de jovens. A saúde do povo piorou seriamente. “Há 40 milhões de brasileiros desnutridos e 40 milhões sem nenhuma assistência médica” (Sindicato dos Médicos de São Paulo). Os índices de criminalidade subiram bruscamente e as prisões estão superlotadas.

9. As modificações verificadas na economia refletiram-se numa redefinição de classes na sociedade brasileira e na relação populacional entre cidade e campo.

Em 1960, a população rural era de 38.987.000 para 70.992.000 de brasileiros, ou seja, cerca de 55% do total; em 1970, era de 41.603.000 para 93.215.000, isto é, cerca de 44%.

Essa porcentagem desceu para 37% no censo de 1980. Há forte concentração nas cidades das áreas industriais. Os trinta e sete municípios da Grande São Paulo têm 51% da população do Estado. O êxodo rural intensificou-se. Somente o Estado de São Paulo, na última década, recebeu mais de 3 milhões de migrantes. Do Paraná, no final da década de 70, cerca de 1.100.000 pessoas emigraram.

O proletariado industrial avançou quantitativamente. Em 1950, contava com 1.256.807 participantes. Em 1976, cerca de 5 milhões de operários trabalhavam na indústria. Se acrescentarmos os trabalhadores na construção civil, nos transportes e na indústria extrativa, o número chegará a cerca de 7 milhões. O proletariado do campo é estimado em 5 milhões, mais identificado agora do ponto de vista das relações capitalistas do que anteriormente. No comércio, trabalhavam, em 1970, 1.086.457 pessoas.

A grande burguesia evoluiu mais ainda na formação dos grupos monopolistas e dos consórcios financeiros. Boa parte está associada, em maior ou menor escala, com o capital estrangeiro. Constitui a força principal das classes dominantes. O setor não-monopolista é relativamente mais débil. E o que se poderia chamar, hoje, de burguesia nacional situa-se em apenas alguns setores, particularmente na pequena e média burguesia.

Com o avanço do capitalismo no campo, desenvolveu-se a grande burguesia rural que, em parte, é também latifundiária e ligada à burguesia industrial e financeira. Muitos empresários rurais exercem simultaneamente atividades na cidade (indústria, bancos, comércio) e no campo. Reduziu-se a importância do latifundiário "puro" que vivia exclusivamente da renda

fundiária, sem exercer atividade produtiva. Destacou-se também uma camada de camponeses ricos, geralmente ligada à produção hortigranjeira, à suinocultura, ao plantio do trigo e da soja. Neste setor surgiram empresas altamente capitalizadas, fundadas no trabalho familiar (com pouca ou nenhuma utilização do trabalho assalariado).

Cresceu ao mesmo tempo a massa de camponeses sem terra, que se vê forçada ao êxodo rural. O número de posseiros (em geral camponeses médios e pequenos, e também ricos) elevou-se para cima de um milhão. São atualmente os setores mais combativos do campo. Reduziu-se relativamente o setor da produção tradicional, baseado na propriedade familiar e na parceria. Suas reivindicações coincidem geralmente com as dos camponeses sem terra.

No que respeita à pequena burguesia urbana houve diferenciações. Uma parte passou à condição de assalariada (os médicos da Grande São Paulo, por exemplo, contam com 28% de assalariados e 53,6% associam o salariado a outras formas de trabalho). Muitos dos professores são também assalariados. Um setor da pequena burguesia ocupa funções melhor remuneradas na produção — técnicos, projetistas, chefes de serviço, etc. A grande massa dessa camada social proletariza-se continuamente. Há profissionais liberais trabalhando em categorias de baixa remuneração.

Essas mudanças nas forças de classe têm importância do ponto de vista revolucionário. O proletariado, junto com os seus aliados do campo, forma expressiva maioria no conjunto da nação. A influência da classe operária aumenta, suas aspirações fundamentais ganham realce. Numeroso contingente da pequena burguesia urbana procura ligar-se ao proletariado.

na luta por melhores condições de vida e trabalho. A grande burguesia monopolista torna-se cada vez mais uma força reacionária e sua associação com o imperialismo e com o latifúndio coloca-a no bloco dos inimigos da revolução. Criam-se, portanto, melhores condições para o desenvolvimento da luta de classes, tendo o proletariado como a força dirigente.

10. O capitalismo dependente e monopolista que se desenvolveu no país carece de bases sólidas, é bastante vulnerável. Relaciona-se com o plano concebido pelos militares de fazer do Brasil uma grande potência, apoiado no capital estrangeiro e sem tocar na estrutura fundiária. O projeto megalômico de grandes empreendimentos industriais e de outros tipos não levava em conta os fatores indispensáveis a um desenvolvimento independente, nem as leis objetivas que regem o capitalismo, sobretudo na época do imperialismo.

Os investimentos de maior volume obedeciam interesses das multinacionais, implantavam-se ali onde lhes convinha e não onde se faziam necessários. A indústria automobilística é um exemplo. O número de empresas (estrangeiras) e a sua capacidade de produção estavam muito além das necessidades imediatas do país. Inúmeros projetos governamentais tampouco consideravam devidamente a realidade nacional. Não dispoñdo de tecnologia própria, nem de recursos financeiros de vulto, que procurava suprir com o capital alienígena, e sem ter um mercado interno desenvolvido — o país criou toda uma estrutura aparatosa que não tem base real para a sua sustentação. Somente poderia sobreviver em função do mercado externo que exige alta competitividade e se acha saturado devido à crise e à concorrência dos países mais

fortes. O resultado é o aparecimento de enorme capacidade produtiva ociosa. Na indústria da construção naval essa ociosidade atualmente anda pelos 45% e se prevê para o fim de 1983 uma porcentagem de 81%; no conjunto das usinas hidrelétricas a capacidade ociosa é de 3 milhões de kW (cerca de 1/4 da capacidade instalada); no setor de bens de capital o índice vai a 40%. Até mesmo a produção de tratores e máquinas agrícolas ressentem-se da ociosidade, isto num país de agricultura atrasada.

Esse tipo de capitalismo *dependente* à medida que avançava ia gerando dificuldades de toda a ordem. Exigia importação volumosa de insumos e matérias-primas, sobrecarregando a balança comercial. E mais grave ainda: cada empreendimento dependia de empréstimos e financiamentos do exterior. As dívidas se acumularam e avolumaram. Não demorou muito para que eclodisse uma crise econômico-financeira de vastas proporções. As indústrias reduzem bruscamente suas atividades, o nível de vendas ao consumidor decai. Vários grandes projetos, como o de Itaipu, são desacelerados. O desemprego cresce. Segundo o IBGE (maio/81), havia cerca de um milhão de desempregados industriais nas seis principais áreas metropolitanas. Em todo o território nacional, se se considerar a permanente falta de trabalho, o número de pessoas sem emprego atinge de cinco a seis milhões. Juntamente com a crise econômica, lavra uma crise monetária de sérias consequências. A inflação chegou a 120% ao ano, a carestia torna-se insuportável. Os juros altos não só atingem o consumidor (boa parte do qual compra a crédito) como esmagam a pequena e média empresa. O governo federal emite, além do papel-moeda, elevada quantidade de títulos da dívida pública.

As finanças dos Estados estão abaladas, a maioria deles não dispõe de meios para atender despesas inadiáveis. Um dos aspectos mais inquietantes da crise é a situação em que se encontra o Brasil face ao pagamento de compromissos internacionais escorchantes. Somente ano passado, o país pagou cerca de 16 bilhões de dólares de juros e “amortizações” de dívidas. Está às portas da falência. O apelo ao FMI e os acordos concertados com essa instituição imperialista atingem fundamentalmente a soberania e a independência nacional.

O projeto de grande potência dos generais fracassou totalmente. Gerou inflação altíssima, dívidas insuportáveis, numerosos problemas sociais e um impasse no desenvolvimento. Ao invés de grande potência, independente, o Brasil se tornou ainda mais dependente. Sua vida econômica, política e social gira hoje em torno do balanço de pagamentos, do atendimento das exigências dos banqueiros internacionais, em última instância, da subordinação do país aos poderosos monopólios estrangeiros.

Face ao malogro evidente, os tecnocratas tratam de desestimular a industrialização e voltar a economia fundamentalmente para o campo e o extrativismo. Chamam a isso relançar a economia, quando na realidade procuram adaptá-la às conseqüências do fracasso, palmilhando o velho caminho dos países atrasados e dependentes, fornecedores de matérias-primas e de produtos primários. Esse tipo de relançamento está ligado com o problema agudo do pagamento das dívidas e dos respectivos juros, do déficit crescente do balanço de pagamentos. A economia do país vive em função de conseguir divisas. A dívida passou a administrar os negócios públicos. Os planos governamentais são de incremento de produtos

agrícolas exportáveis e de entrega em volume bem maior das riquezas naturais aos trustes estrangeiros, tendo em vista a exportação. Ou então de desenvolvimento do projeto PRÓ-ÁLCOOL a fim de economizar divisas na compra de petróleo, utilizando boa parte das terras lavráveis com o plantio de cana-de-açúcar como matéria-prima. Esse "relançamento" da economia está também fadado ao fracasso e vai agravar a difícil situação que o país atravessa no campo econômico-financeiro e, em particular, no terreno social.

Tudo isso vem demonstrar uma vez mais que um desenvolvimento seguro e independente exige, antes de tudo, a liquidação do domínio imperialista no país, a abolição do sistema do latifúndio e medidas drásticas contra os grupos monopolistas da grande burguesia associada ao capital estrangeiro. As classes dominantes não reúnem condições para realizá-las. Somente um novo regime econômico-social poderá orientar o Brasil no rumo do progresso e da verdadeira independência.

III — O REGIME ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR

1. Para levar a cabo o tipo de desenvolvimento dependente, com enormes sacrifícios para a maioria da nação, era necessário um regime político arbitrário e mesmo fascista. As Forças Armadas incumbiram-se de instalá-lo com o golpe em 1964.

Neste período de 19 anos, o Estado sofreu alterações que o tornaram mais ainda instrumento dos interesses estrangeiros e das forças internas reacionárias, ligadas àqueles interesses. Já o era anteriormente. Mas fortaleceu seu caráter

antinacional, antidemocrático e antipopular. A separação e a independência mesmo formais entre os três poderes desapareceram na prática. O Executivo tem larga preponderância sobre os dois outros poderes. O Legislativo perdeu a relativa importância que tinha antes, inclusive sua função de aprovar leis, uma vez que por decurso de prazo os projetos oriundos do Executivo são dados como aprovados. Seus membros podem ser cassados por opiniões emitidas no exercício do mandato. Acima do Legislativo e de outros órgãos que dependem de eleições, foi instituído o Conselho de Segurança Nacional, onde predominam os representantes das Forças Armadas, cabendo-lhe, entre outras funções, "estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional". Quanto ao Poder Judiciário, foram abolidas a vitaliciedade, a inamovibilidade dos juizes e a irredutibilidade de seus vencimentos. Criou-se a Justiça Federal que nem sempre exige concurso para o preenchimento de cargos, sendo os juizes nomeados pelo Executivo. A ela cabe julgar causas que envolvam empresas estrangeiras. A Justiça Militar estendeu suas atribuições ao julgamento de civis acusados de supostas atividades contrárias à segurança nacional. O sistema federativo cedeu lugar a maior centralização. Até as forças militares estaduais passaram ao controle do Exército, que poderá vetar o nome de seu comandante, ou assumir a sua direção efetiva. Qualquer município pode ser considerado área de segurança nacional e como tal seu prefeito será designado, e não eleito. O Estado reforçou os meios repressivos contra o povo. Criaram-se as chamadas salvaguardas de defesa do Estado que permitem o estabelecimento de medidas de exceção sempre que o Executivo considere necessário "restabelecer a ordem pública ou a paz social" em

qualquer parte do território nacional.

No Brasil há um poder Legislativo atuando, um poder Judiciário em exercício, partidos políticos organizados e eleições periódicas, segundo a Constituição outorgada. Esses indicadores poderiam caracterizar uma democracia burguesa em funcionamento. Mas escondem na realidade o fenômeno da militarização profunda do aparelho do Estado. Ocultam um Executivo militarizado e o controle das Forças Armadas sobre o Legislativo e o Judiciário. Controle que se estende ao conjunto dos organismos e instituições públicas e alcança a sociedade como um todo. Nestes últimos dezenove anos assistimos à sucessão de cinco generais e uma Junta Militar no poder. A presença de militares nos órgãos administrativos reflete a militarização do conjunto da máquina estatal. É um processo que adquiriu proporções gigantescas e gerou um sistema repressivo militar enraizado por toda a parte. O SNI (Serviço Nacional de Informações), que passou a centralizar as informações sobre os movimentos políticos contra o regime, a operar como um governo paralelo e a empregar métodos semelhantes aos da máfia italiana teve, em 1981, um orçamento oficial de 700 milhões de cruzeiros. É o ponto de convergência do que se convencionou chamar "comunidade de informações", em mãos de militares, um complexo que abriga as DSI (Divisão de Segurança e Informações), órgãos dos ministérios civis, assim como as ASI (Assessoria de Segurança e Informação) que funcionam em cada autarquia ou empresa governamental. Esse sistema foi completado com a criação do CIE (Centro de Informações do Exército), do CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica), do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Além dos serviços secretos das três armas, os DOI-CODIs

(Centro de Operações de Defesa Interna) coordenam as operações repressivas em cada região militar do país. Incluindo informantes, 300 mil pessoas formam o contingente desse complexo policial de espionagem e contra-espionagem da vida dos cidadãos, que tem no SNI seu órgão superior e constitui uma das bases de sustentação dos generais e da reação no poder, a serviço do imperialismo e das forças internas mais reacionárias.

2. A repressão violenta foi a principal característica do sistema militar implantado desde 1964. Centenas de milhares de brasileiros estiveram nos cárceres, sofreram torturas, foram assassinados. A classe operária viu-se privada de muitas de suas conquistas, seus sindicatos passaram a ser dirigidos por pelegos e agentes do Ministério do Trabalho. As organizações estudantis tradicionais foram proibidas. Os movimentos camponeses duramente atacados. A imprensa, o teatro, a música popular submetidos a rigorosa censura. No período em que vigorou o AI-5, cerca de 1 600 brasileiros tiveram seus direitos políticos cassados, entre eles, 6 senadores, 110 deputados federais, 161 deputados estaduais e 22 prefeitos.

A despeito da chamada *abertura*, promovida sob o comando de Figueiredo, prevalece o arbítrio mudado apenas de forma. Vigora uma Lei de Segurança Nacional que corbe a atividade democrática. O regime militar, desgastado, apela para os casuísmos mais vergonhosos com a finalidade de manter-se no poder. As eleições são adiadas ou fraudadas antecipadamente por leis capciosas. O terrorismo é utilizado diretamente pelas Forças Armadas como meio de pressão e de intimidação política. Responde-se às greves com a intervenção nos

sindicatos e com a dispensa em massa de trabalhadores. Os esquadrões da morte multiplicam-se, a polícia assassina diariamente e impunemente os que ela julga criminosos. Há insegurança geral para a grande maioria dos brasileiros.

3. Esse regime monstruoso não se instalou sem contestação. O povo opôs (e continua opondo) enérgica resistência ao arbítrio e ao domínio militar. O combate assumiu feição ampla e variada, desde a participação oposicionista em eleições restritas e antidemocráticas, a realização de greves e protestos populares de diversos tipos, até a luta armada que teve, na gloriosa jornada revolucionária do Araguaia, o seu ponto mais alto. Com essa jornada, o movimento democrático e popular das cidades encontrou pela primeira vez ressonância no campo. Embora contidas pela violência brutal, estas lutas tiveram papel destacado no desgaste e isolamento da reação e do fascismo, abriram amplas perspectivas ao povo.

Uma nova fase nas lutas das massas foi assinalada pelas poderosas greves desencadeadas no fim da última década e em 1980. Essas greves marcaram o início de um ascenso do movimento democrático e popular, tendo à frente a classe operária. Também no campo ergueu-se um amplo movimento em defesa da terra e pelos direitos das massas camponesas. Outras camadas da população, como os estudantes, professores e médicos iniciaram igualmente vigorosas jornadas reivindicativas e democráticas. Atualmente estendem-se o descontentamento e os protestos contra o regime militar. No processo dessas lutas, o povo obteve importantes conquistas. Alcançou a anistia para os perseguidos políticos, a suspensão da censura prévia à imprensa, a cessação da prática oficializada da

tortura de presos políticos, o direito de fazer greve apesar das leis que a proíbem. Novas formas de luta estão surgindo. A greve geral e nacional, já utilizada por estudantes, professores e médicos, começa a ser preocupação da classe operária. No campo crescem os choques armados contra os grileiros. Somente em Mato Grosso, nos últimos anos, segundo a FETAG, cerca de mil pessoas morreram ou desapareceram nesses choques. Em várias cidades do interior têm ocorrido levantes populares espontâneos contra as arbitrariedades e as injustiças sociais. Nesses levantes, as massas queimam delegacias de polícia, ocupam prefeituras, atacam os policiais. Repetem-se também as depredações e queima de trens e ônibus com a participação de amplas massas, em virtude do desleixo ou da elevação abusiva dos preços das passagens dos transportes urbanos e suburbanos. No Sul, setores ligados ao campo ocupam estradas impedindo o trânsito de veículos, contestando a política econômico-financeira do governo. Os trabalhadores desenvolvem ampla campanha para alijar os pelegos de suas organizações sindicais, em favor da liberdade e autonomia dos sindicatos. Os estudantes reclamam o ensino gratuito e o reconhecimento oficial da UNE. Os camponeses agrupam-se em sindicatos rurais. As mulheres criam associações em prol dos seus direitos. Tomam forma orgânica os movimentos contra a carestia e em defesa da Amazônia.

A campanha eleitoral e as eleições de 15 de Novembro constituíram uma vibrante jornada democrática. Apesar das leis casuísticas, da corrupção em ampla escala, da Lei Falcão e do esforço do governo para dividir as forças da oposição, grande parte do eleitorado manifestou sua repulsa ao regime imperante. O partido da oposição (PMDB) elegeu nove gover-

nadores nos principais Estados da Federação. E o PDT ganhou o pleito no Estado do Rio de Janeiro. Nesses Estados se produzem 3/4 do PIB (Produto Interno Bruto) e aí vive o maior contingente da população brasileira. A oposição conquistou a maioria da Câmara Federal. O descontentamento com o governo manifestou-se também no interior, considerado reduto da reação. O PDS foi derrotado em numerosas cidades (grandes e médias), perdendo as prefeituras locais. Adquiriu realce na campanha eleitoral o movimento democrático e popular que foi o principal impulsionador e mobilizador das massas. Inúmeros são os candidatos populares eleitos para funções legislativas e mesmo para Prefeituras Municipais. Surge, assim, uma nova disposição de forças políticas no cenário nacional que pode apressar o fim do regime militar.

Vigorosas lutas se prenunciam. O pioramento contínuo das condições de vida dos trabalhadores e das massas, bem como a submissão do país ao capital estrangeiro colocam na ordem do dia, com força cada vez maior, a necessidade da derrocada do regime militar, responsável pela calamitosa situação em que nos encontramos e pela brutalidade repressiva contra o povo. Setores políticos e sociais sempre mais amplos reclamam um regime democrático apoiado numa Constituição que expresse as aspirações do povo.

IV – BALANÇO DA ORIENTAÇÃO TÁTICA DO PARTIDO

O Partido Comunista do Brasil que luta por profundas transformações revolucionárias na sociedade brasileira soube,

no essencial, orientar-se corretamente no combate ao sistema reacionário e ditatorial indicando à classe operária e às massas populares o justo caminho a seguir.

1. Na VI Conferência Nacional, em 1966, o Partido definiu sua linha tática nas novas condições de ditadura militar surgidas com o golpe de abril de 1964. Essa linha, para um período de refluxo — dentro do qual se admitiam possibilidades de contra-ataques das forças democráticas e populares — procurava aproveitar ao máximo as contradições políticas que afloravam, tendo em conta a derrota temporária do movimento popular e revolucionário. Em síntese, pregava a ampla união pela independência, pelo progresso e pela liberdade como meio de enfrentar e derrotar a ditadura. Para forjar a unidade do povo, propunha uma plataforma de reivindicações democráticas, incluindo a luta por um governo provisório representativo de todas as forças patrióticas e a convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita. “Dentro do sistema vigente — afirmava o documento da VI Conferência — sob a égide dos generais reacionários, a Constituinte não passaria de uma farsa”. No que respeita às formas de luta, dizia merecer “especial atenção os tipos de luta capazes de mobilizar as massas, contribuir para fortalecer o movimento contra a ditadura e ajudar a acumulação de forças”, evitando “os atos aventureiros que isolem os revolucionários e permitam à reação golpeá-los”. Ao mesmo tempo, sustentava que, para alcançar a independência, o progresso e a liberdade, seria necessário “esmagar os reacionários mancomunados com os monopolistas ianques” o que tornava imprescindível “preparar-se para a luta armada, forma mais alta de luta de massas”.

2. A vida comprovou a justeza da tática elaborada na VI Conferência. Nela apoiado, o Partido alcançou importantes êxitos. Apesar da repressão, aumentou seus efetivos e suas ligações com as massas e com diferentes setores políticos. Foi possível aproveitar momentos de avanço da luta democrática e evitar que o Partido se desviasse para ações aventureiras e isoladas nas cidades. Permitiu também a preparação e o desencadeamento da luta armada no campo.

A tática responde ao desenvolvimento político em curso, reflete aspectos essenciais da luta de classes num momento dado, tem a ver com os fluxos e refluxos do movimento revolucionário, com os avanços e recuos das forças operárias e populares. No decurso da aplicação dessa tática houve necessidade de realizar diversas flexões correspondentes aos altos e baixos da situação política. Em 1967/1968, quando o movimento popular, sobretudo o estudantil, ganhou impulso, conquistando temporariamente a praça pública, o Partido orientou sua atividade por uma posição audaciosa e aberta (radicalizar ampliando e ampliar radicalizando), estimulando ações ofensivas de massas, projetando mais o Partido nessas ações, unindo-o em frente-única com outras correntes democráticas. A partir de fins de 1968, ao iniciar-se a fase terrorista do regime militar, o Partido procurou atuar num plano defensivo mais pronunciado. Já então eram impossíveis ações ofensivas, mesmo limitadas. As formas de luta nas cidades, em particular entre a classe operária, tomavam caráter de certo modo elementar, ligadas a reivindicações econômicas. O Partido denunciou vigorosamente o terrorismo fascista e afirmou que em tais condições a unidade se ampliava e incluía todas as forças antiditatoriais (e não apenas as forças reconhecidamente

democráticas). A atividade política aberta realizou-se em geral através de processos eleitorais, sob controle da ditadura. O Partido não foi esquemático. Defendeu a participação nas eleições de 1965; mais tarde pronunciou-se pelo voto nulo e em branco que era na ocasião a forma mais justa de protesto; depois voltou a defender a participação nos diferentes pleitos, concentrando o esforço na derrota da ditadura e apoiando os candidatos mais próximos do povo. Nas eleições de 1974, adotou inicialmente e com muito atraso uma orientação dúbia que dava peso ao voto nulo, corrigida em seguida com a indicação de participar de modo positivo nesse pleito, correção, porém, que não chegou a alcançar o conjunto partidário. Quando o terrorismo se intensificou, o Partido adotou, em 1973, uma posição que visava resguardar suas fileiras do ataque do inimigo. Era uma época em que até mesmo a agitação e a propaganda tinham de ser bastante prudentes e reduzidas. O Partido atuava na dura clandestinidade. Um pouco antes havia surgido a resistência armada do Araguaia, fato marcante do combate do nosso povo ao fascismo. Ainda aqui mostrou-se a justeza da orientação traçada na VI Conferência. Enquanto nas cidades a reação ultrapassava todos os limites, no campo as possibilidades de resistência eram efetivas. Mesmo nas difíceis condições em que vivia o país, pôde-se manter acesa a chama da luta revolucionária contra a ditadura terrorista. Essa resistência, que durou três anos, desempenhou papel importante no desmascaramento do regime militar e levou para o interior a bandeira da revolução popular. Em princípios de 1975, o Partido fez nova flexão tática, tendo em conta o crescimento da oposição popular e democrática e o isolamento acentuado do governo dos generais, que buscava outras formas de prosseguir

no arbítrio. Na Mensagem aos Brasileiros apresentou uma tática política tendo por base três pontos: anistia para os presos e perseguidos políticos; liquidação de todos os atos e leis de exceção; e convocação de uma Constituinte livremente eleita. A experiência demonstrou que essas palavras-de ordem correspondiam plenamente à realidade política do país. Começavam a crescer as manifestações públicas contra a tortura e o assassinato de presos, contra a censura à imprensa, contra o AI-5. Com essa tática, o Partido desenvolveu maior atuação junto ao povo e às correntes oposicionistas. Em 1978, na VII Conferência Nacional, os comunistas aprofundaram a flexão tática de 1975. Surgiam os primeiros indícios de ascenso do movimento popular e democrático. Por isso, o Partido destacou a necessidade da luta pela abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrários; pela anistia geral e irrestrita; por uma Assembleia Constituinte a ser convocada por um governo provisório. A conquista da mais ampla liberdade política foi colocada no centro da tática, o que exigia a união de grandes forças políticas e sociais para a luta contra o governo e o regime que ele representa. A VII Conferência destacou também a palavra-de ordem de propaganda de um regime de Democracia Popular para o Brasil. Chamou o Partido a dar prioridade em seu trabalho à classe operária. E lançou um Manifesto no qual afirmava que os problemas fundamentais do povo brasileiro somente serão resolvidos com a revolução.

3. Essas flexões táticas mostraram que o Partido no fundamental interpretou corretamente a marcha dos acontecimentos. Esforçou-se por atuar no curso da vida política. As flexões na conduta do Partido nestes 10 anos tornaram-se indispensá-

veis para dar às massas flexibilidade em sua atuação. Ao fazê-lo, o Partido cumpria com a sua função de Estado-Maior da classe operária ao qual incumbe orientar a luta do proletariado e das massas populares em cada fase do seu desenvolvimento.

Com a conquista da anistia, a suspensão da censura prévia à imprensa, a reorganização partidária e a extinção formal do AI-5 criou-se uma situação relativamente nova, exigindo a elaboração de uma tática em correspondência com o desenvolvimento da situação. Foi o que fez o Partido em junho de 1980.

V – A TÁTICA DO PARTIDO

Ao elaborar sua tática, o Partido do proletariado parte da estratégia que propugna. As metas dessa estratégia estão definidas no Programa do Partido aprovado em 1962. Aí se afirma que a causa das imensas dificuldades que o Brasil atravessa se encontra “na espoliação do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, no monopólio da terra e na crescente concentração das riquezas em mãos de uma minoria de grandes capitalistas”; diz-se que o Estado está a serviço dessas forças, impondo-se a liquidação revolucionária do regime burguês-latifundiário, aliado aos imperialistas, e a criação de novo regime, tendo a classe operária à frente. Segundo o Programa, a via para alcançar esse objetivo é a formação de uma frente-única ampla que agrupe “os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e

marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e outros patriotas". A forma de luta é a revolucionária. "As ações por conquistas parciais — diz o Programa — contribuem para reforçar a organização e a unidade do povo. As campanhas eleitorais são importante forma de atividade política e uma acertada participação nas eleições permite esclarecer as massas, divulgar o Programa revolucionário e eleger candidatos que defendem a causa popular. Todos os movimentos democráticos e patrióticos devem ajudar a alcançar a grande meta — a conquista de um novo poder político, principal objetivo do povo. Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo". Baseado nessas premissas e na realidade política do país, a orientação do Partido busca dar solução às questões colocadas na ordem-do-dia em ligação com a saída revolucionária. Essa saída passa pelos meandros da política prática, pela organização, mobilização e educação das massas, pelas bruscas mudanças no estado de espírito dos trabalhadores e do povo.

1. Se se examina o quadro político atual constata-se que a "abertura" realizada pelos generais visava unicamente contornar dificuldades oriundas do seu isolamento e desgaste e encontrar meios de garantir a continuidade do regime militar. Embora derrotados nas eleições de 15 de novembro, eles insistem na manutenção do sistema arbitrário. Falam em tréguas política para confundir a oposição. Não se mostram dispostos a fazer quaisquer concessões que alterem o aspecto ultra-reacionário, policial, do Estado que forjaram no período

mais negro da ditadura. Contudo, intensifica-se a luta contra esse regime, luta que toma feições diversas. A oposição popular em crescimento combate com firmeza o governo, defende posições democráticas e mesmo avançadas; na classe operária amadurece a idéia da greve geral. Os partidos contrários ao situacionismo, salvo seus setores mais decididos, tendem para ações moderadas; presentemente, não fazem oposição frontal, conformando-se com a defesa e ampliação da "abertura". Temem que o ascenso popular e a oposição enérgica provoquem o recrudescimento da reação.

O cenário político tem por fundo a crise, o agravamento acelerado da situação geral do país que marcha no rumo da insolvência e da capitulação total aos credores de fora, bem como a perspectiva da sucessão presidencial de 1985. Aumenta a necessidade de empréstimos e investimentos externos para sustentar o fracassado "modelo" econômico dos militares, mas os banqueiros internacionais condicionam a cessão de empréstimos a uma política de "austeridade", isto é, de recessão mais pronunciada, de rebaixamento do padrão de vida já bastante reduzido do povo, de submissão maior aos monopólios estrangeiros. Simultaneamente, intensifica-se a luta sucessória na qual os generais procuram pontificar.

É natural assim que medre um vasto descontentamento entre as massas contra os governantes, cuja política faz recair sobre os ombros dos trabalhadores as imensas dificuldades geradas por sua orientação econômico-financeira. A grande maioria da nação exige o fim do atual regime. Não são poucos os brasileiros que começam a considerar uma rebelião popular como alternativa possível diante da persistência do arbítrio, do rápido agravamento da situação, da política antinacional e antipopular.

2. Nesse contexto, é indiscutível que a luta pela liberdade corresponda a uma profunda aspiração popular. Quanto mais claro se torna o embuste da propalada *abertura* do gal. Figueiredo, maior é o sentimento em favor dos direitos democráticos. Inúmeras são as forças que se mobilizam para protestar contra o abuso do poder, para exigir o desmantelamento dos instrumentos repressivos, para reclamar a revogação das leis reacionárias e fascistas. Alarga-se o contingente dos que compreendem a necessidade de acabar com o sistema retrógrado imposto pelas Forças Armadas.

A par do anseio de liberdades e de extinção do regime militar, vai ganhando importância a questão da intervenção estrangeira no país. É que a dívida externa tornou-se um dos principais mecanismos de espoliação imperialista da nossa pátria. Os banqueiros internacionais, em especial os norte-americanos, impõem através do FMI acordos ignominiosos que objetivam tanto a desnacionalização como a desindustrialização do país, além de maior exploração do proletariado e das massas populares. Observa-se que o Brasil, em grande parte, passa a ser administrado pelo FMI, com o assentimento e a cooperação direta do governo de traição nacional. Isto sem falar na entrega das riquezas naturais e no protecionismo escandaloso às multinacionais. Em consequência surge forte movimento patriótico de cunho antiimperialista contra a interferência estrangeira nos negócios internos e contra o governo vende-pátria, movimento destinado a alcançar enorme repercussão.

3. Também a sucessão presidencial adquire grande importância política na medida em que acirra as disputas em

torno de nomes para ocupar, a partir de 1985, o posto de chefe do Executivo federal. Os generais empenham-se a fundo nessa disputa. Não vacilarão em recorrer, se julgarem necessário aos métodos arbitrários para impor seu candidato. Todavia, a oligarquia que dirige o país tem inúmeros pretendentes ao cargo, desde militares da ativa e da reserva até civis afinados com o sistema, em luta furiosa entre si, o que dificulta, em certa medida, a consecução de seus planos. No campo da oposição ativam-se diferentes forças. O antigo PP, agora incorporado ao PMDB, esforça-se por indicar o candidato da oposição. Por trás dessa corrente dirigida por Tancredo Neves estão poderosos segmentos das classes dominantes de Minas Gerais que almejam o poder. De outra parte, a grande burguesia paulista também se movimenta, tendo Ulisses Guimarães e Franco Montoro como principais aspirantes ao Palácio do Planalto. Quanto à forma de escolha do novo presidente da República há pelo menos três variantes: os generais obstinam-se na eleição indireta através de um Colégio Eleitoral viciado e sem autoridade; o governador mineiro defende o "consenso", ou seja, um acordo com os militares que garanta a indicação de um candidato de Minas Gerais, conveniente à sua facção; a maioria do PMDB e outras forças democráticas e populares reclamam eleição direta e sem casuísmos. Acontecimento importante na luta pelo governo central, a sucessão do Presidente influencia grandemente o processo político em curso. Todas, ou quase todas as correntes políticas atuam e se posicionam em função desse evento, estabelecem acordos de bastidores, projetam recomposições de forças, esboçam programas de ação.

4. Tendo em conta todos esses fatores, o PC do Brasil estabelece sua tática que visa fazer avançar o processo revolucionário no país, sem fugir ao curso da vida política.

A derrubada do regime militar e a conquista da mais completa liberdade política é o centro da tática, a meta a ser alcançada em futuro próximo, o que corresponde ao desejo da maior parte da nação. Esse regime criou todo um sistema jurídico-institucional, antidemocrático, modelou um Estado autoritário. Isso precisa ser erradicado. Não bastam medidas corretivas superficiais ou mesmo uma adaptação da situação atual à democracia. O Brasil, face à grave crise estrutural em que se acha, necessita de outros rumos e, antes de mais nada, de um regime efetivamente democrático que permita a livre organização do povo e um amplo debate dos problemas candentes de modo a mobilizar, sem entraves, todos os setores da população, a fim de encontrar a melhor e mais justa solução desses problemas.

A queda do sistema arbitrário implicará na formação de um novo governo que, a nosso ver, deve ser transitório, constituído por forças democráticas conjuntamente com a unidade popular, capaz de assegurar a liberdade e convocar uma Assembleia Constituinte soberana. A ele caberá a aplicação de um programa mínimo que inclua a liquidação de todos os atos e leis antidemocráticos; o desmantelamento do aparelho de repressão e a "comunidade de informações" que vigia e controla a vida dos cidadãos; a criação de órgãos de defesa contra quaisquer tentativas de golpe de Estado; o rompimento com o FMI e a suspensão do pagamento das dívidas externas até que a nação se pronuncie a respeito; a adoção de medidas de emergência para melhorar a situação do povo e do país. O proletariado

revolucionário tem o dever de tomar parte nesse governo provisório através do movimento da unidade popular ou diretamente por intermédio do seu partido de vanguarda, o PC do Brasil, tendo como objetivo combinar a pressão das massas, a partir das bases, com a ação da cúpula governamental, garantindo o cumprimento do programa mínimo. Dependendo da contribuição dada pela classe operária e pelas massas populares na derrocada do atual regime, o governo provisório poderá surgir sob a hegemonia dos setores sociais mais avançados da frente-única.

Ao formular sua tática, o Partido considera a conquista da liberdade — o objetivo *democrático* — como elemento essencial. Em torno dessa questão mobilizam-se as forças que se opõem resolutamente à ditadura e à existência de fortes restrições aos direitos do povo. A começar de 1968, quando os militares apelaram para o terror fascista, o Partido enfatiza o problema da liberdade, procurando, assim, alargar a frente-única e desfechar golpes vigorosos no regime antipopular e antinacional.

Presentemente, tanto quanto a liberdade, a luta contra a subordinação ao capital estrangeiro, contra a ameaça neocolonialista à nossa pátria, ocupa lugar de destaque na tática partidária. O entreguismo e a dependência do país acentuaram-se de tal forma, particularmente por causa do endividamento externo e dos acordos com o FMI, que se criaram condições favoráveis ao aparecimento de um amplo movimento patriótico de repulsa à criminosa política dos generais. Esse movimento crescerá a frente oposicionista e lhe dará mais força.

Pode-se afirmar que as duas tarefas, a democrática e a patriótica, caminham *pari passu*. Não se pode separar uma da

outra. A luta pela liberdade abre espaço para o combate patriótico, antiimperialista, da mesma forma que esse combate exige a ampliação das liberdades. Seria errôneo enfraquecer a frente da liberdade sob a alegação de reforçar o movimento patriótico, do mesmo modo que secundarizar a frente patriótica invocando a importância das conquistas democráticas. Uma e outra reclamam, objetivamente, o fim do regime militar.

No período que irá até o princípio de 1985, a tática do Partido deve considerar seriamente a questão da sucessão presidencial. Na história do nosso país, as épocas de sucessão dos governantes originaram clima de comoções sociais e políticas, de rachaduras do sistema dominante, de brechas na frente inimiga que devem ser utilizadas pelas forças democráticas e revolucionárias em proveito do avanço do movimento progressista. Mesmo na vigência da ditadura militar, a substituição dos generais de plantão fomentou tensões políticas, em particular nas diferentes facções das Forças Armadas, que disputavam de unhas e dentes as posições de mando.

Deve-se ter em vista o aparecimento de uma séria crise política em período não muito distante que pode converter-se em crise revolucionária. O regime atual poderá cair tanto no curso de um movimento democrático que acentue a obtenção das liberdades quanto no processo de vigorosas ações de cunho patriótico, ou ainda como decorrência da combinação dos fatores democráticos e patrióticos. A crise pode manifestar-se na seqüência da disputa pela sucessão presidencial.

5. O caminho para viabilizar os objetivos apresentados pelo Partido é a ação decidida e unitária das grandes massas num processo de radicalização (não artificial) da luta em prol

das liberdades, contra a reacção e a subordinação ao capital estrangeiro, em defesa dos direitos da classe operária e do povo — processo que tende a adquirir forte impulso e desdobramentos revolucionários.

Mas para que a luta tome carácter nacional e se transforme numa força poderosa é indispensável criar uma frente democrática ampla, que reúna todos os que queiram livrar o país da tutela militar e da ameaça neocolonialista. Essa frente-única deve ter por base a unidade popular, movimento político independente a ser forjado com a integração de sindicatos, organizações operárias ou de categorias profissionais, associações de camponeses, de estudantes, de mulheres e jovens, de bairros e de favelas, de combate à carestia de vida, de preservação das riquezas nacionais, etc., com a participação do Partido do proletariado e de outras correntes políticas de vinculação popular. Pugnano por reivindicações econômicas, políticas e sociais, esse movimento de unidade defenderá uma plataforma em que se condensem medidas de interesse geral, entre as quais a criação de um GOVERNO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E DA UNIDADE POPULAR. Sem a organização de tal movimento unitário, o povo não jogará o verdadeiro papel que lhe compete, poderá marchar a reboque dos partidos das classes dominantes ou se isolará do curso político. A unidade popular terá de ligar-se às forças democráticas que existem em diferentes segmentos da sociedade — nos partidos políticos, nas organizações de profissões liberais, nas correntes nacionalistas, etc., formando assim a frente democrática e da unidade popular.

A criação da frente democrática e da unidade popular responde a uma necessidade objetiva. Ela vem se formando

paulatinamente, ainda sem estrutura definida. Aparecem formas novas de aglutinação das massas, como os ENCLATs e a CONCLAT, além de uma multiplicidade de organizações populares de todos os tipos. A idéia da unidade popular, como força política independente, encontra a resistência do reformismo e do exclusivismo de determinadas correntes que atuam no movimento popular. Essa resistência, no entanto, pode e deve ser vencida, com uma atuação ampla entre as massas, sem sectarismo, desmascarando ao mesmo tempo os inimigos da unidade, procurando esclarecer e mobilizar as forças populares. É evidente que dentro da união há também luta. O Partido precisa esforçar-se por alargar sua influência política e ideológica, isolando os conciliadores e oportunistas.

Ao lutar pela criação da frente democrática e da unidade popular, o Partido atua em todos os setores políticos e de massas. Na atividade junto às massas procura desenvolver as lutas da classe operária e dos camponeses por seus interesses imediatos e mediatos. O desemprego e a redução dos salários, a carestia de vida, o descaso da previdência social cada dia mais cara e ineficiente, as intervenções nos sindicatos, a agressão dos grileiros para expulsar os que ocupam áreas devolutas ou improdutivas, os impostos abusivos sobre os pequenos produtores, a falta de preço mínimo compensador para esses produtos — são questões que demandam a atenção diária dos comunistas no sentido da mobilização, organização e elevação do nível de consciência dos trabalhadores. Também é necessário dar atenção à luta dos estudantes por suas justas reivindicações, bem como à dos setores das classes médias — médicos, professores, jornalistas, funcionários públicos, bancários e outros — por seus direitos e melhores condições de vida. O trabalho

parlamentar constitui uma frente das mais importantes. O Partido deve desenvolver intensa atividade nesse setor, relacionando-a com a atividade extra parlamentar que é a principal. Outras frentes que merecem tratamento especial são as da luta do povo contra o entreguismo e a espoliação do país pelo capital financeiro internacional; as das mulheres e dos jovens em defesa dos seus direitos; as de proteção ao meio ambiente. Os comunistas exigem que se ponha fim às restrições absurdas aos estrangeiros que vivem ou desejam viver no país. E combatem as odiosas discriminações que atingem o negro, cujo movimento em sua defesa merece o nosso apoio e ajuda.

6. A ligação com as massas é questão importante na atuação dos comunistas. Não se poderá avançar sem um trabalho persistente e abnegado entre as massas, superando as dificuldades, contornando os obstáculos, esclarecendo os problemas colocados na ordem-do-dia. Em qualquer situação, os comunistas têm o dever de orientar o proletariado no combate por suas reivindicações mais sentidas, por seus direitos, pela conquista de um regime de liberdade e justiça social. Para isso, precisam ter vínculos sólidos com as massas e, em primeiro lugar, com a classe operária, ali onde elas vivem, trabalham e atuam: nas fábricas, nos sindicatos, nos bairros, nas escolas, nas vilas e povoados, nas concentrações camponesas. É indispensável conviver com o povo, ouvir as opiniões, estimular as iniciativas, não temer aconselhar-se com as pessoas mais combativas e sensatas do povo. Certamente, os comunistas procuram educar e despertar a consciência política do trabalhador baseando-se nos princípios da luta de classes, buscam ensinar-lhe o socialismo. Eles são a vanguarda. Mas

isso não significa bastar-se a si mesmos, subestimar as contribuições vindas de baixo, recusar aprender com a classe operária e o povo simples — fontes inesgotáveis de ensinamentos e energia criadora que devem ser valorizadas.

7. Na atividade dos comunistas tem grande valia a questão das formas de luta. Como força de vanguarda, cabe-lhes indicar em cada momento e em distintas fases, a melhor maneira de avançar para a conquista dos objetivos previstos. A greve é uma grande arma de luta a ser amplamente empregada. São muitas as formas e os tipos de greve, utilizáveis segundo as circunstâncias. Há greves de curta e de longa duração, greves de algumas horas, dias, semanas ou de meses. Greves parciais e greves gerais, por setores ou seções de fábricas, com ou sem a ocupação dos locais de trabalho. Greves para pressionar a solução de determinadas exigências ou para obter de imediato a reivindicação. A classe operária, de 1978 a 1980, recorreu a poderosos movimentos paredistas agrupando trabalhadores de distintos setores industriais. Hoje, já é necessário ir mais adiante: pensar em greves gerais no âmbito de uma cidade, de um Estado, e nacionalmente. E não apenas de caráter econômico, mas igualmente de feição política, reclamando soluções para os graves problemas do país que afetam diretamente a classe operária. Outras categorias sociais, como médicos, professores, estudantes, têm utilizado também em escala crescente a greve como instrumento de ação reivindicatória e política. As manifestações de rua — comícios, passeatas, desfiles — são importantes formas de mobilização e de protesto. Os grandes atos de massas repercutem intensamente na opinião pública, despertam o entusiasmo popular e atingem os inimigos. Por

isso mesmo, precisam ser bem preparados. Do contrário, fracassam, conduzem ao desânimo. Certamente, há lugar para os pequenos atos, cumprindo determinadas finalidades, em geral circunscritos a alguns setores. Conforme o estado de espírito das massas e o seu nível de consciência, o abaixo-assinado, o memorial com inúmeras assinaturas, as comissões para ir às autoridades ou à imprensa, têm cabimento e ajudam na mobilização das massas. Entretanto, é necessário ter em bastante conta as formas mais radicais de luta que começam a se desenvolver. A explosão popular contra o aumento dos preços dos ônibus ocorrida em Salvador e noutras capitais é um exemplo. Em cidades do interior vêm-se repetindo levantes populares espontâneos. Verificam-se igualmente ocupações de cidades do Nordeste por flagelados famintos, exigindo comida e trabalho. No campo, a resistência contra grileiros e em defesa da posse da terra evolui para ações armadas. Multiplicam-se também as concentrações camponesas nas vilas, povoados e sedes de municípios com o objetivo de protestar e reclamar direitos. Em alguns Estados tem havido obstruções de estradas de intenso tráfego a fim de chamar a atenção das autoridades para os reclamos das massas. Os comunistas não renunciaram princípio fundamental e científico da violência revolucionária — que se impõe objetivamente — como elemento essencial da luta de classes, através do qual o proletariado e as massas populares se libertam da opressão e da exploração para construir uma vida livre e feliz. Mas aplicam esse princípio dentro de determinadas condições concretas. Não são voluntaristas nem putchistas aventureiros.

8. O Partido relaciona a luta por seu objetivo tático

com a propaganda em favor de um regime de democracia popular rumo ao socialismo. Esta é a proposta de fundo dos comunistas para a situação que vive o Brasil. A solução das contradições sociais e políticas que se agravam exige a instauração de um regime antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiário, tendo por base o proletariado, as massas camponesas, a pequena burguesia urbana e outros setores patrióticos, com a classe operária à frente. Isso porque é preciso adotar medidas drásticas contra o capital estrangeiro, tanto no que se refere ao domínio e controle da economia nacional quanto às dívidas externas; contra os grupos monopolistas da grande burguesia brasileira, sobretudo os que mantêm vinculações com o capital internacional. Uma reforma agrária radical é necessária tendo em vista acabar com o monopólio da propriedade da terra e atender às exigências das grandes massas camponesas sem terra, bem como às necessidades de progresso da nação. Tais medidas somente poderão ser tomadas por um governo e um regime de democracia popular, com a derrota das atuais classes dominantes e a sua substituição no poder. Esta proposição passará a ser o objetivo imediato do partido do proletariado, após a derrubada do regime militar e a conquista da ampla liberdade política. A democracia popular deve criar as condições que facilitem a passagem a um novo estágio do desenvolvimento social, objetivo básico e estratégico da classe operária e do seu partido de vanguarda. Por isso, a propaganda do socialismo ocupará espaço ainda maior do que na atualidade.

VI – QUESTÕES DE POLÍTICA GERAL

Em relação à estratégia e à política geral do Partido destacam-se algumas questões a esclarecer.

1. *Sobre as etapas estratégicas da revolução.*

As transformações operadas no país nestas últimas décadas não alteram, no fundamental, a existência de duas etapas da revolução no Brasil, como define o MANIFESTO-PROGRAMA do Partido. Embora exerçam certa influência no caráter da primeira etapa, a revolução no Brasil continua a ter duas etapas: a antiimperialista, antilatifundiária, antimonopolista e a socialista. O desenvolvimento do capitalismo no país não liquidou, sequer diminuiu, a dominação imperialista, ao contrário, aprofundou essa dominação; do mesmo modo, não alterou a estrutura agrária do país no que respeita ao monopólio da terra; milhões de camponeses estão privados do seu principal meio de produção e de subsistência. Dessa forma, continuam presentes as tarefas democráticas e nacionais, agrária e antiimperialista, cuja completa realização não implica na imediata e total abolição do sistema capitalista. Por sua vez, a grande burguesia brasileira evoluiu para a formação de grupos monopolistas que controlam boa parte da produção e dos negócios financeiros. Esses grupos, geralmente ligados ao capital estrangeiro e ao latifúndio, são inimigos da revolução na primeira etapa, pois formam um bloco com o imperialismo e a grande propriedade territorial contra os interesses da maioria da nação, constituem entraves ao desenvolvimento independente do país. O golpe contra eles afeta uma parte importante do capitalismo, mas não o liquida, porque restam os empresá-

rios não-monopolistas, além da pequena e da média burguesia, bem como os camponeses ricos. É evidente assim que o proletariado revolucionário, em sua luta pelo socialismo, ajustará primeiramente as contas com o imperialismo, o latifúndio e os grupos monopolistas brasileiros. Somente depois de vencida essa etapa, passará à outra, à socialista. *O tipo de Estado que corresponde à primeira fase da revolução será, em essência, uma ditadura democrático-revolucionária do proletariado e das massas camponesas, sob a direção da classe operária.*

Obscurecer a primeira etapa, com o pretexto de luta pelo socialismo, privaria o proletariado de aliados possíveis e dificultaria a própria evolução da consciência socialista das camadas mais atrasadas da classe operária. Não se justifica a idéia voluntarista que passa por cima da realidade e se baseia no desejo de alcançar o socialismo à margem das condições objetivas do desenvolvimento social. Nessa questão é preciso considerar tanto o aspecto objetivo como o fator subjetivo. Lênin assinalava, refutando os partidários de uma só etapa: "Se num momento determinado alguns operários nos perguntam por que não realizamos nosso programa máximo, lhes contestaremos indicando quão alheias ao socialismo são ainda as massas do povo, impregnadas de um espírito democrático, quão pouco desenvolvidas estão ainda as contradições de classe, quão pouco organizados encontram-se ainda os proletários". Ele sublinhava que "o grau de consciência e organização das grandes massas do proletariado (condição subjetiva, indissolúvelmente ligada à condição objetiva) fazem impossível a imediata e absoluta libertação da classe operária" (...). "Só os otimistas mais cândidos podem olvidar quão

pouco as massas operárias conhecem ainda os objetivos do socialismo e os métodos para consegui-lo”.

Houve, sem dúvida, alterações no caráter da primeira etapa. O fato de que serão atingidos os grupos monopolistas da grande burguesia e, portanto, setores capitalistas de importância, e também devido a que as empresas estatais (parte considerável da economia nacional) hoje a serviço das classes dominantes e do imperialismo passariam a ser dirigidas por um Estado fundamentalmente operário-camponês, sob a direção do proletariado e a serviço da maioria da nação, faz com que haja certo entrelaçamento das tarefas nacionais e democráticas com as tarefas socialistas, sem no entanto negar a prevalência das primeiras. Esse entrelaçamento atua no sentido de facilitar a passagem mais rápida à segunda etapa da revolução, desde que o proletariado consiga atrair para o seu lado a massa de camponeses pobres e médios com o fim de isolar e derrotar a burguesia agrária, fortalecendo simultaneamente a aliança operário-camponesa.

Alcançada a primeira etapa, o proletariado tratará de manter, consolidar e ampliar as conquistas da revolução e de preparar conscientemente a revolução socialista. Não há obstáculo intransponível separando uma etapa da outra. Nem se admite a possibilidade duma longa duração da primeira etapa. “Da revolução democrática — dizia Lênin — começaremos a passar imediatamente, na medida das nossas forças, das forças do proletariado consciente e organizado, à revolução socialista”.

Ao tratar do governo a ser formado na primeira etapa da revolução, a VII Conferência Nacional chamou-o de governo democrático popular e caracterizou o regime a ser instituí-

do como de democracia popular, rumo ao socialismo, diferente, na forma, do que consta no MANIFESTO-PROGRAMA. Estas formulações, porém, não modificam, no fundamental, as tarefas estratégicas constantes do Manifesto. O conteúdo do *governo popular revolucionário* rumo ao socialismo e do regime proposto naquele documento — antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista — é semelhante ao do governo democrático-popular e ao do regime de democracia popular. Entretanto, a formulação da VII Conferência torna mais precisas as tarefas e os objetivos da primeira etapa e de sua ligação com a segunda etapa, levando em conta as transformações operadas na sociedade brasileira e a perspectiva surgida com o aprofundamento da crise geral do sistema capitalista mundial.

2. *Sobre o trabalho prioritário na classe operária*

A VII Conferência Nacional deu ênfase ao trabalho prioritário do Partido no seio da classe operária. Certamente um partido comunista tem o dever primeiro de atuar entre o proletariado que ele representa como sua vanguarda. É uma questão de princípios.

Por que o Partido deve trabalhar permanentemente com a classe operária?

A doutrina marxista-leninista ensina, e a prática comprova, que o proletariado é a classe mais revolucionária da sociedade. Ainda que na presente situação — dividido, pouco esclarecido, debilmente organizado — não desempenhe cabalmente suas funções revolucionárias, somente ele pode dar consequência à revolução. Nem uma outra classe ou camada social tem condições de fazê-lo. Se a burguesia ou a pequena burguesia assumissem a direção do processo revolucionário haveria um

desfecho inconseqüente que conduziria a reforçar as posições do capitalismo. O socialismo científico é o ideal do proletariado e de nenhuma outra classe. Apenas ele não ficará no meio do caminho, irá adiante, sempre com a perspectiva de livrar definitivamente a sociedade do sistema de exploração do homem pelo homem, de alcançar o comunismo. Mesmo que, em certas circunstâncias, uma determinada camada social — a pequena burguesia, por exemplo, — se revele combativa e revolucionária (o que deve ser amplamente utilizado) não tem bases seguras, está em constante processo de decomposição como camada ou classe social. O futuro pertence precisamente ao proletariado. É a classe que se desenvolve continuamente e de cuja atividade produtiva depende a vida da sociedade. Como classe, os operários aspiram a emancipar-se da exploração capitalista e ao concretizar este anseio revolvem pela base a sociedade em seu conjunto.

No Brasil, nestas últimas décadas, cresceu a classe operária. Surgiu um proletariado moderno, de grandes empresas, concentrado. Cerca de 65% da força de trabalho está nos estabelecimentos de mais de 1 000 operários. Os assalariados passaram a constituir, com os seus dependentes, parte considerável da nação. Reúnem, assim, melhores condições para cumprir a sua missão. Esse fato, potencialmente, fortalece os fatores da luta pelo socialismo no país. Não por acaso, a classe operária é hoje o contingente social mais disputado pelas diferentes correntes políticas, que procuram desviá-la do seu verdadeiro caminho.

Mas a classe operária representa o futuro e se converte no chefe da revolução à medida que adquire consciência de classe, compreensão da sua missão histórica que é derrubar

o capitalismo e construir o socialismo. Sem essa consciência, os operários serão facilmente mobilizados pelo reformismo, pelas soluções enganadoras da social-democracia, caem nas armadilhas burguesas da colaboração de classes. Circunscrevem sua luta aos quadros do regime vigente, pugnam para melhorar sua situação de escravos do capital, e não para emancipar-se do jugo do capitalismo. A fim de tornar-se o dirigente da revolução nacional, democrática e popular, atraindo outros setores progressistas da população com o objetivo de realizar as transformações radicais da primeira etapa e criar condições de passar à etapa socialista, o proletariado precisa estar capacitado do seu papel revolucionário como classe que se contrapõe à burguesia. Ele marcha com outras forças políticas e sociais, tendo em vista aproveitar as contradições existentes no terreno político e fazer avançar o movimento revolucionário. Mas no processo dessa luta defende seus ideais socialistas e procura assegurar sua hegemonia. O aspecto fundamental de sua atuação é, em essência, a luta contra o capital, contra a escravidão assalariada.

Por tudo isso, o P.C. do Brasil terá de se empenhar com mais afinco ainda no trabalho de conquistar o operariado não somente trazendo para suas fileiras os melhores elementos dessa classe mas igualmente ajudando-o a organizar-se como classe, de maneira independente. Vanguarda do proletariado por sua ideologia, seu programa, pela doutrina marxista-leninista em que se apóia, o Partido é o portador da consciência socialista. Cabe a ele levar essa consciência ao proletariado e alicerçá-la em bases científicas. Compete-lhe dirigir suas lutas em todos os aspectos, estabelecer a estratégia e as táticas revolucionárias. Para cumprir esse papel de vanguarda, os

comunistas devem estar estreitamente ligados à classe operária. Isso não significa minimizar o trabalho junto a outros setores da população, em especial entre os camponeses e a pequena burguesia urbana. São setores combativos, decididos na luta, que merecem a atenção do Partido. Priorizar o trabalho na classe operária é compreender onde se encontra a força principal que deve ser ganha e posta em movimento para tornar realidade a revolução e o socialismo. O futuro da revolução está diretamente relacionado com a participação ativa e consciente do proletariado no movimento geral de massas contra os inimigos de todo tipo.

3. Sobre o neocolonialismo

A burguesia e seus agentes difundem a idéia de que acabou o colonialismo. Com essa propaganda, procuram contestar a tese de Lênin sobre o imperialismo, que pressupõe a existência de colônias e países dependentes. Teria desaparecido, assim, uma das contradições fundamentais da época atual: a contradição entre países opressores, imperialistas e as nações oprimidas ou dependentes. Em seu lugar criaram vários sucedâneos para esconder a realidade. Agora as disputas seriam entre o Norte e o Sul do Planeta, o Norte rico, industrializado, o Sul pobre, pouco desenvolvido. Ou então apresentam outra variante, a do chamado movimento dos não-alinhados. A verdade é que a opinião de Lênin continua válida e a contradição por ele indicada mantém-se atuante.

É certo que depois da II Grande Guerra o antigo sistema de colônias diretamente governadas pelos países desenvolvidos ruiu no fundamental. Restam naquela condição poucos países. A grande maioria obteve sua independência, criou Estados

nacionais. Algumas dessas colônias libertaram-se revolucionariamente. Outras chegaram à independência através de compromissos com o velho dominador.

Mas a dominação imperialista mudou apenas de forma. A exportação do capital financeiro, que é uma das características principais do imperialismo, adquiriu proporções gigantescas. Esse capital continua, e em escala mais elevada, a subjugar a maioria da população do mundo. Já Lênin dizia na sua obra *O IMPERIALISMO, ETAPA SUPERIOR DO CAPITALISMO*, ser o capital financeiro uma força tão considerável que era capaz de submeter e de fato submetia até mesmo países formalmente independentes. Essa tese de Lênin se confirma plenamente. O colonialismo apenas cedeu lugar ao neocolonialismo.

Atualmente, a dominação imperialista se faz por processos diferentes. Os monopólios estrangeiros exploram as riquezas naturais dos países atrasados, diretamente ou associados ao Estado, ou por meio dos contratos de risco. Dessa forma, colocam em suas mãos as fontes de matérias-primas, tal como no sistema colonial desaparecido. Através dos investimentos diretos e principalmente do reinvestimento dos lucros, dominam a economia desses países, compram as empresas nacionais, ou se associam vantajosamente com as mesmas. O fornecimento de tecnologia é igualmente meio de exploração e de controle da economia. Mas o instrumento principal, de subordinação e espoliação dos povos, largamente utilizado pelo imperialismo, são os empréstimos a juros elevados. As dívidas dos países ex-coloniais e dependentes montam já a 600 bilhões de dólares. Premidas pela necessidade de créditos e de recursos para o pagamento de juros e amortizações de dívidas, as nações devedoras sujeitam-se ao arbítrio dos credores.

Os lucros e vantagens auferidos pelo capital financeiro nas regiões atrasadas são muitas vezes superiores aos que obtinha na época colonial. Somente de juros e falsas amortizações de dívidas recolhem anualmente cerca de 100 bilhões de dólares, fora os fabulosos lucros das multinacionais e da venda de tecnologia. Assim, um punhado de grandes monopolistas domina e explora a imensa maioria dos povos de todo o mundo.

A independência e a soberania nacional servem apenas de biombo para acobertar a nova forma de colonização — o neocolonialismo. Na aparência, países ex-coloniais, ou dependentes, como o Brasil, desfrutam de independência, têm suas próprias bandeiras, seus governos soberanos. Na realidade, sua orientação econômico-social, suas finanças, sua política interna e externa obedecem à vontade dos monopólios estrangeiros. Um país pode ser considerado independente não apenas porque possui Estado nacional e governo próprio, mas também quando a sua estrutura econômica que, em última instância, é a fonte da soberania, torna-se independente, quando os recursos existentes em seu território, de direito e de fato, lhe pertencem, quando os atos internos e externos de seus governantes são ditados acima de tudo pelas conveniências nacionais. Isso não se dá com a maioria das colônias libertadas, nem com muitos países que há bastante tempo proclamaram a independência. Em quase todos eles, as classes dominantes servem de ponto de apoio à penetração e dominação das forças imperialistas. Os interesses dessas classes estão entrosados com os interesses das forças estrangeiras. São sócios menores do imperialismo, cúmplices na execução da trama neocolonial de escravização das nações ainda débeis. Em muitas dessas nações,

as Forças Armadas, rotuladas de instituições patrióticas, constituem, na realidade, o órgão repressor por excelência dos sentimentos e das lutas das amplas massas que aspiram à liberdade e à independência de suas pátrias.

O Brasil, apesar do desenvolvimento do capitalismo, sofre atualmente o jugo da opressão e espoliação estrangeira num grau mais elevado que anteriormente. Sua economia é controlada pelo capital financeiro das grandes potências. Suas riquezas caem em mãos das multinacionais. Vastas áreas do seu território, em particular na Amazônia, são ocupadas pelos monopolistas de fora. O povo, privado de direitos, é um escravo dos interesses imperialistas. A independência do país é apenas formal. No caso brasileiro comprova-se a tese de Lênin a respeito do imperialismo e do domínio que este exerce sobre a maioria das nações do Globo.

Os países pouco desenvolvidos convertem-se em colônias de novo tipo. E a contradição entre opressores e oprimidos, espoliadores e espoliados, persiste ainda mais intensa.

VII – TENDÊNCIAS OPORTUNISTAS NO PLANO MUNDIAL

Nestes dezesseis anos desde a VI Conferência, o revisionismo contemporâneo não apenas se desmascarou amplamente como sofreu sérios reveses. Acentuou-se a desobediência dos eurocomunistas em relação a Moscou. Desvendou-se igualmente a concepção revisionista do maoísmo. O pensamento Mao Tsetung apareceu tal como é – uma corrente oportunista,

antileninista. Ao mesmo tempo, consolidou-se o movimento marxista-leninista mundial que tem no Partido do Trabalho da Albânia o seu mais destacado representante.

1. A queda de Kruschov e a ascensão de Brezhnev não significou, como assinalava a VI Conferência, mudanças essenciais na orientação soviética. Brezhnev seguiu o mesmo caminho de traição à classe operária e ao socialismo do seu antecessor. Pouco a pouco, foi ficando claro o caráter do novo regime implantado pelos revisionistas como um sistema de capitalismo monopolista de Estado que mantinha as antigas formas socialistas mas funcionava tendo por base a exploração da *mais-valia* no interior da URSS e, externamente, nos países sob o domínio ou a influência soviética. Essa *mais-valia*, obtida por processos enganosos, é distribuída de maneira disfarçada entre toda uma camada de burocratas e beneficiários do regime — a nova burguesia russa — por meio de altos proventos e outras vantagens que lhes são atribuídos. Hoje na União Soviética, são grandes as diferenças de salários entre a massa dos produtores, em geral mal remunerados, e os administradores, técnicos, chefes de serviço, além dos militares de alta patente e dos dirigentes do aparelho do Estado e do partido revisionista. Eles, como também a intelectualidade, têm um nível de vida muitas vezes superior ao da classe operária e da maioria dos camponeses. Vivem como burgueses. A fonte de onde provêm os altos rendimentos que asseguram a esse pequeno grupo social um padrão de vida burguês não pode ser outra senão a *mais-valia* criada pelo trabalho não pago dos proletários. É óbvio que, se uma parte dos valores produzidos pelos operários não reverte em seu benefício, nem em benefício da sociedade ou

da produção ampliada mas de uma minoria privilegiada, essa parte se converte inevitavelmente em *mais-valia*.

A União Soviética explora, como qualquer país capitalista, os trabalhadores e os povos de nações estrangeiras. Usufrui lucros elevados dos investimentos ali realizados, assim como do comércio desigual feito não só com os países do Leste europeu sob o seu domínio, mas com muitos outros em várias regiões do mundo. O sistema de exploração assume formas nitidamente capitalistas. Em Angola, por exemplo, os navios de pesca soviéticos industrializam nos próprios navios os peixes apanhados em águas angolanas e os vendem, em seguida, a esse país, como produto importado da União Soviética.

A política exterior da URSS é claramente social-imperialista. Disputa a hegemonia mundial com os Estados Unidos utilizando meios econômicos e financeiros e a pressão militar sobre nações e regiões de diversos Continentes. Opera, em particular, na antiga zona colonial, centro de competição das grandes potências, e nos países dependentes, seja na África, no Oriente Médio, na Ásia e também na América Latina, tratando de impor sua dominação sob formas sutis de ajuda econômica, técnica ou militar, infiltrando-se também nos movimentos de libertação nacional. Em muitos lugares, seus técnicos e generais, apoiados pelas armas russas, dirigem operações bélicas entre países vizinhos. Um exemplo é o que se passa na guerra da Etiópia contra a Somália e a Eritreia. O ataque do Iraque ao Irã se faz com armamento soviético. Moscou não vacila em invadir e ocupar militarmente nações soberanas, com o cínico pretexto de que seus rivais põem em risco as fronteiras soviéticas, argumento usado por Hitler em sua cruzada nazista na Europa. A venda de armas é um dos grandes

negócios da União Soviética, o que contribui para manter os compradores na sua área de influência. Em especial, os países do Leste europeu são vítimas da política social-imperialista. Ali a URSS trata de posar de defensora da chamada comunidade de interesses socialistas, quando na realidade, através do COMECON e do Pacto de Varsóvia, explora e domina os povos dessa região. Os *tanks* soviéticos na Hungria, Checoslováquia, Alemanha Oriental e Polônia não se destinam a garantir o socialismo, que já não existe, visam assegurar o domínio e a opressão russa e defender os governos a eles submetidos.

O revisionismo e a política social-imperialista da URSS precipitaram numa séria crise todo o denominado bloco de nações "socialistas". A começar pela própria União Soviética, a braços com graves problemas econômicos entre os quais sobressai a decadência da agricultura e, particularmente, da produção de cereais. A Polônia atravessa profunda crise que se torna mais dura devido ao peso da enorme dívida externa contraída com a União Soviética e com países imperialistas. Na Romênia a dívida externa se eleva a 11 bilhões de dólares, ou seja, 20% do PNB (Produto Nacional Bruto). O serviço da dívida consome 30% do valor das exportações para o Ocidente. Na Bulgária e na Checoslováquia não são pequenas as dificuldades.

Baseado no chauvinismo, no nacionalismo exasperado, o bloco sob controle soviético entra em ebulição. Ontem, foi a "primavera de Praga", hoje, são os levantes poloneses. Em ambos os casos, foi posto em ação o aparelho repressivo apoiado pela Rússia. Somente por esse meio é possível manter os países do Leste europeu "unidos" a Moscou. Os partidos outrora comunistas da Europa e da Ásia (agora também de

outras regiões) converteram-se em servidores da burguesia de seus países, já não obedecem ao PCUS. Para melhor servir aos seus patrões imperialistas chegam a denunciar abertamente os princípios fundamentais do marxismo-leninismo. E nem poderia ser de outro modo, pois tais princípios se chocam com as idéias e a prática que defendem.

Face a essa decomposição acelerada do movimento revisionista mundial, e das necessidades hegemônicas da própria URSS, os dirigentes soviéticos fingem mudar de tática. Dizem-se defensores do marxismo-leninismo — eles que o renegaram desde 1956 —, criticam as posições de alguns partidos revisionistas por terem renunciado publicamente postulados básicos da doutrina marxista, como a ditadura do proletariado, a violência revolucionária, o internacionalismo proletário e até mesmo o leninismo. É verdade que eles renunciaram tais postulados, mas não agora. Precisamente a partir do XX Congresso do PCUS e sob a sua inspiração. As críticas carecem de fundamento, porque os que criticam são, eles próprios, os arautos do revisionismo. Na União Soviética substituíram a ditadura do proletariado pelo Estado de todo o povo; pregaram o caminho pacífico, admitindo a luta armada como hipótese pouco provável; abandonaram o internacionalismo proletário, ou seja, a ajuda desinteressada aos movimentos de emancipação da classe operária e aos países socialistas, como a Albânia. E macularam todo o passado revolucionário da União Soviética, o marxismo-leninismo, com os grosseiros ataques a Stálin, construtor do socialismo na URSS, lutador incansável pela vitória da revolução proletária mundial. As censuras a seus antigos parceiros, os partidos revisionistas, visam enganar os militantes desses partidos

a fim de atraí-los novamente ao redil soviético. A pretensa defesa da luta armada serve na realidade para justificar suas ações militares em outros países, buscando neles implantar regimes que lhes favoreçam, ou criar intranquilidade na retaguarda dos adversários. Todo esse palavrório tem como objetivo disfarçar o caráter capitalista da União Soviética, seu abandono da via socialista e granjear apoio à política externa social-imperialista. É típico, aliás, o que se passa em Cuba. Fidel Castro, seguindo as pegadas soviéticas, volta a falar em luta armada, em resistência ao imperialismo que prepara a guerra. E conclama todos a apoiar a URSS, uma superpotência agressiva e exploradora, supostamente defensora da paz e da liberdade dos povos, à qual ele se submete inteiramente.

Os partidos revisionistas estão em decadência. Seus efetivos diminuem, cai a tiragem de seus jornais, reduz-se sua influência eleitoral. Na França, no último pleito nacional, o partido revisionista perdeu a metade da bancada no Parlamento. Na Espanha, recentemente, o PC de Santiago Carrillo sofreu esmagadora derrota. Acentuam-se as divisões internas, surgem alas pró-soviéticas e antisoviéticas. No Brasil, o PCB há muito deixou de ser o "partidão" de outrora, desagrega-se continuamente. Uma amostra significativa da perda de prestígio dos revisionistas verifica-se na Polônia, onde a classe operária, ainda que sob direção reacionária, pronuncia-se em massa contra essa falsa tendência socialista. Não se deve, porém, subestimar a atividade anti-revolucionária que exercem os partidos revisionistas, sobretudo os eurocomunistas que, mascarando-se de independentes em relação à União Soviética, procuram arrastar as massas para o reformismo, mantendo-as submissas ao sistema capitalista.

Paralelamente à atividade dos revisionistas soviéticos, trabalham os titistas com o propósito de disseminar o oportunismo no movimento revolucionário. Entre as teses que defendem destaca-se a chamada autogestão operária, negação dos princípios científicos do socialismo, variante do anarco-sindicalismo. Pregam igualmente a pretensa política do não-alinhamento, tentando enganar as massas dos países pobres e desviá-las da revolução. O titismo foi a primeira corrente revisionista a aparecer entre os partidos comunistas no poder, contou com o apoio multilateral do imperialismo para solapar a força crescente da corrente proletária revolucionária. E até hoje trabalha ativamente a serviço da reação e dos monopólios internacionais visando confundir os combatentes da causa socialista.

2. Nestes últimos anos, o revisionismo chinês também se desmascarou. Tendo por base o pensamento Mao Tsetung, atuou durante largo período acobertado pelo rótulo de marxista-criador. A revelação dessa outra versão do revisionismo constitui uma grande vitória do marxismo-leninismo.

O pensamento Mao Tsetung, particularmente depois da traição kruschoviana, expandiu-se e ganhou influência entre forças revolucionárias em todo o mundo. A participação do PC da China na luta contra o revisionismo soviético e contra os imperialistas norte-americanos, na década de 60, seu aparente estímulo à revolução, suscitou interesse das correntes proletárias e revolucionárias que passaram a exaltá-lo. O pensamento Mao Tsetung foi considerado por alguns partidos e, em primeiro lugar, pelo PC Chinês, como terceira etapa do marxismo e Mao Tsetung chegou a ser apresentado como clássico, ao lado de Marx, Engels, Lênin e Stálin.

A pouco e pouco, o movimento revolucionário mundial deu-se conta da falsidade das posições de Mao, do carácter nacionalista da sua orientação, do sentido antimarxista-leninista da linha defendida pela direcção chinesa. Contribuiu para isso a prática da atuação de Mao Tsetung e do seu partido. Especialmente a aparatosa recepção a Nixon, inimigo dos povos e massacrador da população vietnamita; os elogios injustificados a governos militares e reacionários; o apoio à ditadura sangrenta de Pinochet; o lançamento da teoria dos três mundos; e, finalmente, o descarado e injustificado rompimento com a Albânia Socialista. Tudo isso ajudou os revolucionários a detectar o carácter oportunista e revisionista do PC da China e do seu inspirador, o pensamento Mao Tsetung.

Tal pensamento, alardeado como o marxismo-leninismo da nossa época, em verdade não vai além de uma versão aprimorada das teses condenadas da II Internacional, uma adaptação do oportunismo europeu às condições particulares da China. Mao Tsetung desenvolveu ainda mais esse oportunismo, recobrando-o de fórmulas marxistas que a vitória da Revolução Chinesa dava ares de verdades objetivas. Mesclou princípios revolucionários com idéias reformistas burguesas e concepções chinesas retrógradas. É um pensamento eclético.

O Partido Comunista Chinês, fundado como secção da Internacional leninista, lutou, apesar da inexperiência e dos erros cometidos, para aplicar o marxismo-leninismo na China. Inúmeras foram as contribuições de Stálin ao Partido e à revolução chinesa. A partir de 1935, o P.C. da China, após haver praticado sérios erros e numa situação de crise interna, muda sua direcção. Mao Tsetung ocupa o posto principal. Uma concepção de cunho não-marxista-leninista começa a ser posta em

prática. A princípio, sob a capa de correção da linha esquerdista; depois de 1941, pretextando amplitude na luta contra o imperialismo japonês; e mais adiante alegando o surgimento de nova realidade mundial. Nesse processo, a linha política foi adquirindo feição nacionalista burguesa. O Partido foi perdendo seu caráter de classe, proletário, e transformando-se numa organização de natureza nacional-revolucionária. Sua ideologia e composição social, em grande parte, originavam-se do campesinato. Abrigava em seu seio diferentes tendências, chefiadas por verdadeiros clãs em disputas permanentes.

Ao combater o revisionismo soviético, o PC da China mostrou-se vacilante e inconstante. Mao Tsetung elogiou Kruschov, em 1957, na reunião dos partidos comunistas em Moscou e condenou severamente os que, na ocasião, tentavam opor-se à tendência revisionista na URSS. Atacou no VIII Congresso do PC Chinês o camarada Stálin e a correta linha que sustentou para a construção do socialismo na União Soviética. Com a queda de Kruschov, a direção chinesa fez esforços no sentido de aproximar-se de Brezhnev e seus seguidores. Sua oposição ao revisionismo visava principalmente reforçar os interesses nacionais da China e não a defesa firme da revolução proletária mundial.

Mao Tsetung, embora falando em socialismo, defendeu orientação tipicamente burguesa de reconstrução do seu país. Tinha em vista mantê-lo por um período o mais longo possível na primeira etapa da revolução. E assim ocorreu. A China não chegou a entrar na fase da revolução socialista, apesar de o haver declarado publicamente. Seguindo o caminho burguês evoluiu para posições social-imperialistas.

Ainda em vida de Mao Tsetung, a China ingressou no

arriscado caminho da aliança com os imperialistas, particularmente os norte-americanos, e com a reação em geral. Abriu as portas à penetração do capital estrangeiro, e às idéias e modos de vida corrompidos da burguesia. Paralelamente, procurou alcançar posições vantajosas no denominado terceiro mundo, tentando atrair para a sua órbita os governos reacionários desses países.

A concepção revisionista chinesa representa um perigo para o Movimento Comunista Mundial, em particular nos países dependentes e pouco desenvolvidos economicamente, que enfrentam tarefas antiimperialistas e antilatifundiárias. Desvia-o sutilmente do caminho da luta de classes conseqüente. Essa concepção, no essencial, nada tem a ver com o marxismo-leninismo. Deturpa a doutrina revolucionária da classe operária.

Mas o maoísmo também está em crise. Os grupos que o defendiam em vários países desagregaram-se, ou passaram, abertamente, à provocação contra o movimento comunista mundial. Sem condições de justificar a política atual da direção chinesa e do PC da China, nitidamente contra-revolucionária, uns poucos partidos e grupos minúsculos tratam de separar o pensamento Mao Tsetung dessa política, como se ela não fosse uma seqüência natural da concepção do velho líder chinês. A falta de argumentação convincente e de lastro revolucionário-proletário, esses grupelhos caem nos ataques grosseiros aos marxistas-leninistas e ao Partido do Trabalho da Albânia.

3. Na esfera ideológica e na política prática, volta a atuar intensamente, como corrente contra-revolucionária

mascarada de força de esquerda, a velha social-democracia. Bastante desgastada e desmoralizada após os sucessos dos partidos proletários no pós-guerra, aproveitou-se da campanha contra a ditadura do proletariado e contra Stálin lançada pelos revisionistas soviéticos e respaldada por toda a burguesia mundial para recuperar-se do desgaste, e tentar aparecer como a expressão do verdadeiro socialismo. Mas sua face de serviçal da burguesia é cada vez mais notória. Alia-se em geral aos revisionistas (também uma forma de social-democratismo) e procura enganar os operários e as massas populares erguendo a falsa bandeira do socialismo *com liberdade* e pregando a luta por pequenas melhorias na situação dos trabalhadores. Ainda arrasta muitos elementos do proletariado e da classe média, sendo que esta classe constitui boa parte de sua base social. O alvo predileto do seu ataque são os marxistas-leninistas. Expressão do reformismo burguês e instrumento de divisão da classe operária, ali onde o descontentamento se avoluma e os partidos reacionários perdem influência, a social-democracia entra em ação, apresentando-se como alternativa viável. Desvia o proletariado da luta pela revolução e, uma vez alçada ao governo, passa a gerir os negócios da burguesia, freando a combatividade das massas, distribuindo migalhas aos trabalhadores, reprimindo o movimento revolucionário. Até que, desmoralizada e ineficaz, é outra vez substituída pelos velhos partidos conservadores.

Em especial na Europa, a social-democracia ainda tem alguma força. Na França, Grécia, Suécia e agora na Espanha obteve o poder. Na Alemanha, dominava há muito tempo, mas acaba de perder o governo. Presentemente, a social-democracia intenta a criação de partidos social-democratas em países onde

praticamente não existiam e são fortes os interesses imperialistas. É o que ocorre no Brasil, tanto com o partido de Brizola, o PDT, como com o denominado Partido dos Trabalhadores, estimulados do exterior pela social-democracia alemã, com o apoio discreto mas efetivo dos imperialistas ianques. Ambos apresentam-se como novidade, estariam abrindo novos rumos para o Brasil, quando, na verdade, seguem as mesmas pistas dos oportunistas e lacaios da burguesia européia e de outras regiões. O desmascaramento da social-democracia é uma importante tarefa do proletariado revolucionário, a fim de facilitar a passagem das massas trabalhadoras ao campo da revolução e do socialismo.

4. Incentivados pela campanha ideológica da burguesia contra o socialismo e a revolução proletária, surgem na arena política correntes pequeno-burguesas de distintos matizes, arvorando-se em críticos do marxismo, em restauradores da doutrina de Marx e Engels. São liquidacionistas disfarçados, inimigos da unidade do partido do proletariado do qual, em geral, procedem. O centro de sua luta é o partido da classe operária, a despeito de procurarem aparecer como defensores e continuadores do partido. Negam o seu passado revolucionário, atacam suas direções, semeiam a confusão ideológica. Tal como os trotsquistas, afirmam que inexistente o partido de vanguarda do proletariado. Agem como liberais, adversários do socialismo científico e da concepção leninista de partido. Esses grupos fracionistas surgiram em diversos países. Não alcançaram, porém, seus objetivos de destruir a vanguarda marxista-leninista. Isolaram-se, desmascaramaram-se. Em palavras, dizem-se revolucionários decididos, na prática não passam

de direitistas consumados. Todavia, é preciso manter a vigilância ideológica contra semelhantes correntes e grupos que podem causar danos ao movimento revolucionário.

Nessa área atuam igualmente os trotsquistas e setores da Igreja Católica. Empenham-se na tarefa de dividir os trabalhadores, afastá-los da senda revolucionária. Seu alvo principal são, também, os marxistas-leninistas. Ajudam a criação de partidos social-democratas, estimulam as soluções reformistas. Ainda que se finjam de revolucionários e socialistas, são contra-revolucionários. É sintomático o fato de que os trotsquistas, no passado inimigos rancorosos da União Soviética socialista, hoje, depois que esta adotou a traição revisionista, aplaudam e elogiem sua política.

VII — A LUTA EM DEFESA DA DOCTRINA DO PROLETARIADO

Apesar dos sérios golpes que sofreu o movimento comunista mundial com o surgimento do revisionismo contemporâneo e os ataques furiosos dos kruschovistas e maoístas aos partidos revolucionários, em especial, ao Partido do Trabalho da Albânia que se opunha valentemente à ofensiva dos traidores da revolução e do socialismo — as fileiras do proletariado resistiram e iniciaram o contra-ataque vigoroso aos renegados. Surgiram os partidos marxistas-leninistas, hoje numerosos, que se vão consolidando na luta contra o revisionismo de distintos matizes e em defesa dos interesses fundamentais da classe operária e dos povos.

1. Contestando as teorias errôneas dos revisionistas soviéticos, desenvolveu-se um grande debate de âmbito mundial, que esclareceu as vanguardas proletárias e tirou a máscara de Kruschov e Brezhnev, assim como as de Tito, Berlinguer, Marchais e outros. O debate não apenas indicou erros de princípios, deturpações do marxismo-leninismo, interpretações falsas da realidade, como também demonstrou o caráter burguês, contra-revolucionário, das teses oportunistas. A prática comprovou inteiramente a crítica dos revolucionários proletários. Antigos Estados Socialistas converteram-se em Estados burgueses, apesar de conservarem a feição anterior. A ditadura do proletariado foi substituída pela ditadura da nova burguesia burocrática. Os partidos que adotaram o revisionismo degeneraram em organizações social-democratas.

Desse debate, os marxistas-leninistas tiraram oportunos ensinamentos. Na construção do socialismo, processo histórico que se realiza num prazo relativamente largo, é permanente a luta entre o caminho socialista proletário, apoiado em bases científicas, e o caminho capitalista, ou seja, a adoção, no curso da edificação da nova sociedade, de diretrizes básicas que objetivamente negam o socialismo, reforçam a burocracia, redundam em fracassos, e conduzem à velha estrutura capitalista. Evidenciou-se também o quanto são tenazes as idéias de caráter burguês, em particular difundidas pela pequena burguesia, que, se não forem combatidas, acabarão causando terríveis danos à causa do proletariado. É através da difusão de idéias incorretas no seio do Partido e da sua prevalência num momento dado, que se deteriora a via para o socialismo e vingam as concepções capitalistas. A organização de vanguarda do proletariado, armada de teoria marxista-leninista, tem de ser um

organismo vivo, atuante e vigilante, permanentemente revolucionarizado, audaz na crítica de princípios, sempre disposto a fazer autocrítica de seus erros e deficiências, que avance sem temer dificuldades, dirigindo as massas trabalhadoras pela senda da luta de classes e do comunismo. Sobressai, assim, a questão do Partido e da ideologia proletária como problema fundamental.

Nosso Partido, desde o rompimento com os oportunistas então dirigidos por Prestes, não deu tréguas aos renegados do socialismo. Além do combate incessante e fundamentado ao partido revisionista, o PC Brasileiro, agora dividido em várias alas, participou ativamente da luta no plano internacional contra o revisionismo contemporâneo. Desmascarou Kruschov e seus seguidores, não vacilou em romper com o castrismo quando este se alinhou ao lado dos soviéticos. Nunca se deixou envolver pelas tendências direitistas de aproximação e acordos políticos com os traidores da causa do proletariado revolucionário, de frentes-únicas visando garantir uma pretensa unidade de ação da classe operária. Encarou sempre o revisionismo contemporâneo como o perigo principal para o movimento operário, que deve ser combatido sem concessão de nenhuma espécie, a fim de que os trabalhadores e as massas populares possam distinguir claramente sua feição de agente da burguesia e passar às posições revolucionárias.

2. Destacada importância adquiriu igualmente a grande polêmica com os revisionistas chineses que culminou com o desmascaramento em profundidade do pensamento Mao Tsetung. Essa luta teve significado histórico. Todos os partidos marxistas-leninistas tomaram parte no debate e examinaram

com valentia revolucionária suas posições acerca das idéias chinesas, objetivando livrar suas fileiras da influência nociva do maoísmo. Os materiais do Partido do Trabalho da Albânia e as obras do camarada Enver Hoxha, nomeadamente o seu diário de reflexões sobre a China, representaram considerável ajuda ao movimento comunista mundial e esclareceram questões essenciais da doutrina revolucionária e da luta de classes do proletariado. Também o Partido Comunista do Brasil formou ao lado dos demais partidos na linha de frente desse combate, tanto na esfera ideológica, política e organizativa como no plano teórico.

Desde a sua reorganização, em 1962, o P.C. do Brasil apoiou decididamente o Partido Comunista da China e seu líder Mao Tsetung. Não apenas por razões conjunturais, uma vez que aquele partido era o centro do ataque dos revisionistas soviéticos e do imperialismo norte-americano. Mas porque acreditava que o PC da China e Mao Tsetung defendiam posições marxistas-leninistas, guiavam-se por princípios revolucionários. Em nossos materiais e resoluções afirmamos muitas vezes que Mao Tsetung era um eminente marxista-leninista, que a China representava o principal baluarte do socialismo e da revolução no mundo. Divulgamos, na medida de nossas possibilidades, trabalhos do PC Chinês e obras do seu dirigente máximo. Saudamos a chamada revolução cultural como um grande acontecimento na vida da China e dos povos do mundo inteiro, como novos caminhos para a vitória do socialismo. Contribuímos desse modo para disseminar as idéias maoístas entre os comunistas e também entre setores das massas, idéias que, mais tarde, reconhecemos terem sido falsas.

Apesar do apoio ao PC Chinês e dos elogios a Mao

Tsetung, tivemos reservas e fizemos críticas a muitos aspectos da orientação seguida por esse partido. Já em 1963, ao estabelecer contato com a China, manifestamos no Comitê Central desacordos com a opinião defendida por Mao de que nos Partidos proletários existiriam várias alas – da esquerda, do centro e da direita. Em princípios de 1967, quando os chineses proclamavam (e era aceito por vários partidos) que o pensamento Mao Tsetung representava uma nova etapa de desenvolvimento do marxismo (marxismo-leninismo-pensamento MaoTsetung) e que Mao era um clássico, discordamos desses pontos de vista e reafirmamos que o nosso Partido se orientava unicamente pelo marxismo-leninismo. Divergimos da aproximação da China com os Estados Unidos, através da viagem de Nixon, representante do imperialismo ianque. No documento de 1973 (ACERCA DA LUTA ANTIIMPERIALISTA) contestamos publicamente, sem mencionar o nome, a orientação pregada pelos chineses e defendemos princípios revolucionários. Opusemos ao apoio da China a governos reacionários e às ditaduras militares. Condenamos sua iniciativa de estabelecer relações diplomáticas com o governo fascista existente no Brasil, acompanhada de louvaminhas aos generais inimigos do povo. Não aceitamos a teoria dos três mundos e repelimos com firmeza os ataques do PC Chinês ao Partido do Trabalho da Albânia. Isso demonstra que o nosso Partido manteve uma posição crítica, parcial a princípio e global mais adiante, a respeito do maoísmo. Com semelhante posição procuramos defender a linha revolucionária do P.C. do Brasil, linha baseada no marxismo-leninismo e traçada a partir da análise da realidade do país, tendo em conta a experiência da luta contra o revisionismo contemporâneo.

Não foi de golpe que nosso Partido compreendeu os erros essenciais da política do PC Chinês e do pensamento Mao Tsetung. As dúvidas sobre uma série de questões vinham-se avolumando e alguns erros chamavam a nossa atenção. A partir de 1969, com a viagem do camarada Maurício Grabois à China, patenteavam-se para nós sérias distorções de princípios na revolução cultural e na conduta do PC Chinês. Começamos a estudar com certo espírito crítico as obras de Mao. Depois de 1970, parecia-nos que havia um claro desvio de direita na linha chinesa. Mas apenas um desvio. Só mais tarde, após o lançamento da teoria dos três mundos nos demos conta do verdadeiro caráter dessa linha. E foi contestando tão falsa teoria que chegamos à conclusão de que a causa fundamental dos graves erros do PC Chinês se encontrava no pensamento Mao Tsetung, sua base teórica e ideológica. Desde então, tornou-se evidente o quadro geral da orientação chinesa, sua concepção burguesa da luta revolucionária, o desvirtuamento dos fundamentos de classe do Partido, o conteúdo eclético e revisionista do pensamento de Mao. Naturalmente, fomos ajudados no esclarecimento dessas questões pelo movimento comunista mundial, em particular pelas contribuições do PTA e de seu grande dirigente Enver Hoxha.

Vários fatores concorreram para os equívocos com relação ao PC Chinês e ao pensamento Mao Tsetung, equívocos que não foram apenas nossos. Mesmo documentos e opiniões do PCUS, antes de se tornar revisionista, apresentavam Mao como grande marxista-leninista, embora existissem reservas, só agora conhecidas, da parte de Stálin. Era uma opinião generalizada no movimento comunista mundial. Pesavam em nosso conceito diversos acontecimentos de importância.

Na China triunfara a revolução democrática e antiimperialista de imensa repercussão internacional. Esse país enfrentou na Coreia a agressão ianque, derrotando as forças do imperialismo. No início da década de 60, o PC Chinês combateu em certo grau o revisionismo soviético e defendeu, em palavras, o marxismo-leninismo.

Mao Tsetung foi, sem dúvida, um destacado revolucionário, o fundador da República Popular da China, sem que tenha sido, no entanto, um revolucionário socialista, proletário, autêntico marxista-leninista. Sua concepção do mundo era essencialmente camponesa e burguesa, disfarçada por fraseologia pseudo-socialista e por declarações formais em prol do comunismo. Isso nos ensina ser insuficiente o julgamento das idéias e ações das pessoas e partidos simplesmente pelos êxitos alcançados, por maiores que sejam, em determinadas batalhas, ainda que de sentido histórico. É preciso ter em conta, fundamentalmente, os objetivos que perseguem nessa luta. Não era o socialismo, nem o internacionalismo proletário, nem a doutrina da classe operária, que guiavam o PC Chinês e serviam de fundamento às idéias de Mao. Perseguiam unicamente a edificação de uma sociedade burguesa na China. Visavam a libertação do jugo imperialista e dos senhores feudais.

Seguramente, a avaliação errônea que fizemos durante certo tempo do PC Chinês e de Mao Tsetung está relacionada com deficiências teóricas e ideológicas. O PC do Brasil deu um grande salto nesse terreno ao romper com o revisionismo e ao aprofundar seus conhecimentos do marxismo-leninismo. Isso ficou demonstrado no fato de não termos aceitado em bloco o maoísmo e combatido algumas de suas teses falsas, ao mesmo

tempo que perseverávamos internamente na linha revolucionária. Contudo, revelamos incorreta visão das posições de classe do PC Chinês e do pensamento de Mao, somente superada no processo da luta contra o maoísmo. Seu desmascaramento em nosso país constitui inegável mérito do PC do Brasil.

A linha e a orientação geral revolucionária do Partido não foram comprometidas com a influência maoísta. Mas deve-se admitir sua presença em algumas orientações particulares e localizadas e reconhecer que as idéias de Mao Tsetung afetaram militantes de formação pequeno-burguesa e intelectual. Essas idéias manifestaram-se, em particular, na concepção de partido encarada de um ângulo liberal, não-proletário, não-leninista. É preciso prosseguir no combate ao maoísmo e ao pensamento Mao Tsetung, limpando nossas fileiras de quaisquer resquícios dessa concepção oportunista.

3. A luta ideológica que se trava no movimento comunista mundial e em cada partido marxista-leninista tem imenso significado. Vivemos uma época pejada de revolução. Envoltos na crise geral, profunda e irreversível, o sistema capitalista mundial debate-se numa longa agonia. Já não pode sequer manter os aspectos exteriores enganosos. A cada dia revela em toda a sua crueza as chagas da decomposição social, moral e política. O fantasma do comunismo presente por toda a parte converte-se-lhe em pesadelo permanente. Para adiar o seu fim recorre a variados meios, aos processos mais bestiais, ao mesmo tempo que desenvolve intensa e dispendiosa campanha contra o socialismo proletário, contra os partidos revolucionários da classe operária. Uma legião imensa de pretensos pesquisadores, filósofos de encomenda, escribas de diferentes

quilates são mobilizados para tentar desacreditar o socialismo, negar sua viabilidade, adulterar seu sentido emancipador, apresentá-lo como regime tirânico. Por isso, o combate às idéias e concepções incorretas é necessidade imperiosa do movimento revolucionário. No momento atual, representa um dos aspectos mais importantes da luta de classes. Prepara o proletariado e o povo para intervir conseqüentemente no processo político.

A polêmica contra o revisionismo contemporâneo e o pensamento Mao Tsetung enriqueceu o patrimônio teórico do proletariado. Fez avançar o marxismo-leninismo em muitos aspectos. Permitiu à classe operária e à sua vanguarda compreender melhor como lutar pela revolução e como defender as conquistas revolucionárias. Nesse embate, o Partido do Trabalho da Albânia e o seu dirigente Enver Hoxha, tiveram papel proeminente. Foram pioneiros da campanha contra o revisionismo soviético e, mais tarde, contra os revisionistas chineses. Demonstraram acuidade política e teórica, permaneceram inabaláveis nas posições da classe de proletariado.

A batalha contra as deturpações do marxismo-leninismo deve aprofundar-se ainda mais. A frente teórica assume, na presente situação, lugar de destaque na atividade dos comunistas, pois "sem teoria revolucionária", conforme assinalava Lênin, "não há movimento revolucionário". O PC do Brasil, como os demais partidos marxistas-leninistas, está chamado a enfileirar-se nessa grande tarefa de âmbito mundial que desbrava o terreno para a revolução proletária.

IX – SOBRE O MOVIMENTO COMUNISTA MUNDIAL

O PC do Brasil é parte integrante do movimento comunista mundial que sustenta a bandeira invencível do marxismo-leninismo, da revolução proletária e do socialismo científico.

Esse movimento, duramente atingido pela traição revisionista, desde a década de 50, vem, pouco a pouco, reorganizando suas fileiras e já hoje constitui uma força considerável. Em todos os Continentes surgiram novos partidos que avançam no processo de sua formação, como vanguardas da classe operária e dos povos oprimidos. Mesmo na África despontam partidos combativos como os de Alto Volta, Daomé e Togo. O Partido do Trabalho da Albânia, por sua heróica luta contra o revisionismo contemporâneo e em prol da construção do socialismo, tem sido uma referência autêntica e fonte de inspiração aos revolucionários de todo o mundo que almejam organizar para prosseguir na rota traçada por Marx, Engels, Lênin e Stálin.

A afirmação marxista leninista dos novos partidos não vem sendo tarefa fácil. Atuam numa situação bastante complexa na qual surgem muitos e novos problemas demandando soluções oportunas e acertadas que exigem domínio teórico e larga experiência de luta. Além disso, nunca foi tão intensa a campanha do inimigo de classe em todos os terrenos para desacreditar o socialismo proletário, bem como para difundir, por diferentes meios, teses e idéias falsas destinadas a truncar os fundamentos básicos da doutrina marxista. Essa situação reclama de todos nós, que reivindicamos o marxismo-leninismo, um esforço redobrado por assimilar a essência crítica

e revolucionária da ciência proletária, simultaneamente com a intensificação multilateral da atividade prática.

O fortalecimento do movimento marxista-leninista em seu conjunto depende de uma série de fatores, dentre os quais sobressai a conquista de êxitos significativos no plano do movimento de massas e no da ação revolucionária. Para obtê-los não basta a proclamação de princípios, mas também sua concretização num trabalho persistente junto aos trabalhadores que enfrentam a ofensiva brutal do capitalismo contra o seu já reduzido padrão de vida.

O passo mais importante para demarcar o caminho revolucionário foi dado: a rutura com o revisionismo. Sem esse rompimento, profundo e radical, não se poderia avançar. Agora, torna-se premente estreitar a vinculação com as massas, em particular com a classe operária, realizar uma atuação diversificada no curso real da vida política tal como se apresenta, e não como desejaríamos que fosse. Impõe-se romper com certo enclausuramento voluntário que conduz ao sectarismo e à falta de perspectiva, lutar para converter os partidos em partidos de ação política usando uma tática ampla e flexível, adaptada à realidade de cada país.

A julgar pela nossa própria experiência, cremos ser de grande valia nesse terreno, tendo em conta a exata compreensão do papel que deve desempenhar a vanguarda revolucionária, o estudo das lições contidas na obra de V.I. Lênin — “A DOENÇA INFANTIL DO ‘ESQUERDISMO’ NO COMUNISMO”, que retrata a fase inicial da vida dos partidos criados sob a égide da Internacional Comunista. Essas lições contribuem para quebrar a estreiteza na ação política e assegurar uma base firme, de princípios, à orientação dos marxistas-leninistas.

Somos partidários resolutos da unidade do movimento operário e revolucionário mundial, condição indispensável ao seu fortalecimento e ao cumprimento de sua missão histórica. Com este objetivo defendemos a realização de encontros fraternais e reuniões bilaterais e multilaterais dos comunistas, sempre que necessário, a participação em Congressos dos partidos irmãos e em atos internacionalistas, a conjugação de esforços ao nível das organizações de massa visando ações comuns. Essas reuniões e encontros informais favorecem a aproximação de pontos de vista e alargam os horizontes políticos dos combatentes de vanguarda. Nosso Partido considera fundamental o desenvolvimento do apoio e da ajuda mútua, o intercâmbio de opiniões e experiências entre os marxistas-leninistas, assim como o exame da realidade em constante modificação. Ao mesmo tempo, julga inoportuna qualquer ingerência na vida interna dos partidos; seria perigoso que uns ditassem a outros normas de conduta, atitude que gera atritos e divisões. Tal não exclui a crítica fraternal efetuada com espírito proletário revolucionário.

Este, nos parece, é o nível do relacionamento alcançado entre os marxistas-leninistas na atualidade. Cremos não ter chegado o momento apropriado à criação de quaisquer órgãos internacionais ou mesmo de veículos comuns de difusão de opiniões partidárias. Não existem condições objetivas, nem subjetivas, para realizar tais empreendimentos. As condições estão amadurecendo mas não constituem ainda uma realidade. E seria errôneo forjá-las artificialmente. Uma atitude precipitada nesse campo poderia levar não à unidade como se deseja, mas à dissensão e à confusão ideológica em nossas fileiras.

Entre a I e a II Internacional houve um hiato de dezesseis anos. Nem por isso o movimento comunista deixou de crescer. Em fevereiro de 1882, Engels advertia os revolucionários contra qualquer precipitação no terreno organizativo mundial que serviria, apenas, naquela ocasião de pretexto à reação para golpear o nascente movimento marxista. (Engels a Johann Philipp Becker, Londres). O agrupamento internacional dos proletários de vanguarda é uma grande e nobre idéia. Esta idéia, porém, tem os seus condicionamentos históricos. Não por acaso, com o assentimento de Marx, dissolveu-se em 1872 a I Internacional. E em 1943, quando Stálin dirigia a luta mundial dos trabalhadores, dissolveu-se também a III Internacional. De instrumento poderoso ao impulsionamento da corrente revolucionária, essa organização, se mantida, transformar-se-ia em freio ao movimento comunista, dada a nova situação em que se desenvolviam os partidos marxistas-leninistas.

Por princípio e profunda convicção defendemos o internacionalismo. Porém, o internacionalismo proletário não se identifica somente com a existência de órgãos internacionais. Ele está presente na atividade quotidiana de todos os partidos, na solidariedade à luta dos povos, no combate permanente aos inimigos abertos ou disfarçados da revolução em distintos lugares, na defesa do socialismo triunfante. A ação comum estreita os laços de amizade e fraternidade, de união verdadeira entre os proletários de todos os países.

É a nossa opinião.

X – NOSSAS TAREFAS

O Partido Comunista do Brasil é a força política e o principal instrumento da classe operária para levar nosso povo à luta e à vitória contra os seus inimigos. Comemorou ano passado o 60º aniversário de sua fundação e o 20º de sua reorganização marxista-leninista. Nesse longo período deu constantes provas de dedicação aos interesses do proletariado e das massas populares, adquiriu valiosa experiência de luta que nenhuma outra organização possui, tem muitos mártires e heróis da causa da emancipação do proletariado e do nosso povo. É o partido da insurreição nacional-libertadora de 1935, o partido da guerrilha gloriosa do Araguaia. Somente sob a direção desse partido é possível fazer a revolução e avançar para o socialismo.

Armado da teoria de vanguarda, provado em numerosas batalhas, o Partido tem-se esforçado por cumprir o seu papel revolucionário na sociedade brasileira. Volta-se fundamentalmente para a classe operária que lhe deu origem e da qual é parte inseparável, junta-se às grandes massas camponesas e populares a fim de dirigir corretamente a luta de classes no país, derrotar os opressores e exploradores, construir uma nova vida.

Face às grandes tarefas que o momento político atual coloca diante da nação, é imperioso fortalecer mais e mais o Partido. Embora tenha crescido e se estruturado em todo o país, ainda é pequeno para atender as necessidades prementes da situação. Precisa multiplicar seus efetivos, construir inúmeras Organizações de Base nas empresas e também no campo, nas escolas, nas favelas, nos bairros populares. Que ingressem

no Partido mais operários para melhorar sua composição social, inculcar firmeza e combatividade em suas fileiras, reforçar os órgãos dirigentes em todos os níveis. Particular atenção no fortalecimento do Partido deve ser dada à defesa da unidade partidária. A experiência recente mostrou que os adversários camuflados dentro do Partido utilizam processos divisionistas a fim de tentar destruí-lo. Tecem intrigas, fazem mexericos, divulgam mentiras e boatos, sobretudo procuram incompatibilizar os dirigentes com a massa dos militantes. Pregam o liberalismo, estimulam o trabalho paralelo e grupista, incitam o criticismo pequeno-burguês. A defesa da unidade do Partido é o dever primeiro dos militantes. No Partido não se pode tolerar o grupismo de qualquer tipo, uma vez que a unidade de pensamento e ação, o princípio do centro único de direção, constitui condição básica de sua existência. Certamente, a crítica e a autocrítica desempenham papel de primeira grandeza em nossa atividade. É fator de impulsionamento político e ideológico do Partido. Mas a crítica precisa ser construtiva, orientada para corrigir erros e melhorar o trabalho, deve ser feita dentro dos organismos e de maneira concreta, evitando o subjetivismo. A elevação do nível ideológico e teórico dos militantes representa, igualmente, avanço no fortalecimento partidário. Isso significa não apenas o estudo consciencioso e sistemático da doutrina revolucionária, mas também a assimilação das melhores qualidades morais dos autênticos proletários: a modéstia, a fraternidade e solidariedade, o desprendimento, a franqueza, assim como o hábito de trabalho coletivo e o espírito de disciplina. O individualismo e o carreirismo pequeno-burguês nada têm de comum com a mentalidade sã dos operários, são atitudes nocivas que causam sérios danos à

organização de vanguarda. O Partido se fortalece quando aplica sua linha política, quando leva à prática as decisões tomadas. Um partido que não relaciona as palavras com os atos está fadado à estagnação. O respeito e a confiança das massas no Partido provêm do acerto da orientação, e ao mesmo tempo da sua prática, se o que diz corresponde ao que faz.

Múltiplas e complexas são as tarefas dos comunistas na presente situação. O panorama internacional aponta para um sério agravamento no qual as ameaças de guerra e as tendências à fascistização aumentam sem cessar, simultaneamente com o aparecimento de imensas possibilidades a favor da revolução. No nosso país, a crise política, econômica e financeira, conjugada com a obstinação dos militares em sustentar por todos os meios o fracassado regime antidemocrático, antinacional e antipopular, condenado pela maioria dos brasileiros, cria condições à eclosão de uma crise revolucionária. Tudo isso impõe enormes responsabilidades aos comunistas.

1. NO PLANO INTERNACIONAL É NECESSÁRIO:

- Manter ativa vigilância face à atividade belicista das duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, denunciar sistematicamente a corrida armamentista e os manejos imperialistas visando pôr em prática seus planos agressivos. Condenar a política da China, de incentivo à guerra e de juntar-se a uma das superpotências, os Estados Unidos, para lutar contra a outra. Revelar ao povo o caráter interimperialista do conflito em perspectiva e preparar as massas para reagir revolucionariamente se ocorrer o confronto militar de dimensões mundiais.

- Desmascarar permanentemente as medidas de fascistização, os golpes militares, as ditaduras reacionárias, as intervenções imperialistas e social-imperialistas com o propósito de impor regimes arbitrários, antidemocráticos, onde quer que seja. Condenar a ocupação do Afeganistão e as tentativas de invasão da Polônia pela URSS, bem como as ações intervencionistas dos Estados Unidos em El Salvador e outros países.
- Apoiar a luta da classe operária contra a ofensiva generalizada do capital ao seu nível de vida. Dar todo o apoio à luta dos povos por sua libertação nacional e social, em particular às massas populares de El Salvador que combatem as forças reacionárias, o governo retrógrado chefiado pela democracia-cristã e seus aliados ianques. Apoiar igualmente a luta dos povos do Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile contra as ditaduras militares que oprimem e ensangüentam esses países vizinhos.

- Defender firmemente a Albânia Socialista que mantém bem alta a bandeira do proletariado revolucionário. Denunciar todos os atos hostis do imperialismo, do social-imperialismo, dos titistas e da reação contra a Albânia. Propagar a política de paz e de boa vizinhança do governo albanês. Difundir os êxitos alcançados na construção do socialismo, apoiado nas próprias forças.

EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO NACIONAL, IMPÕE-SE:

Não dar tréguas ao regime militar, desmascarar por todos os meios as manobras tendentes ao continuísmo, a política de fome, repressão e entreguismo dos generais, principais responsáveis pela gravíssima situação que o país atravessa.

Opor-se conseqüentemente ao governo de Figueiredo, peça mestra da máquina antidemocrática e antinacional montada pelo sistema arbitrário em vigor, e a toda tentativa de golpe ainda mais reacionário. O centro da luta do nosso povo é, presentemente, a derrocada do regime militar e do governo que o representa. Qualquer conciliação com esse regime leva à capitulação, fere os interesses do povo.

- Pugnar por uma Assembléia Constituinte livremente eleita, convocada por um governo provisório, assegurada preliminarmente a mais completa liberdade política. A conquista de efetiva liberdade política deverá permitir ao povo organizar-se e decidir com plena consciência os destinos do país.
- Organizar as amplas massas num movimento político independente, de unidade popular, capaz de ser fator decisivo no curso dos acontecimentos para a obtenção da liberdade política e de outros rumos para o país. Propugnar a união desse movimento com as forças democráticas existentes nos diversos segmentos da população, criando nessa base a **FRENTE DEMOCRÁTICA E DA UNIDADE POPULAR**. Divulgar a palavra-de-ordem de **GOVERNO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E DA UNIDADE POPULAR**.
- Denunciar com vigor a política de submissão ao imperialismo, em particular o norte-americano, os acordos com o FMI que permitem aos banqueiros estrangeiros controlar a economia e a vida do país. O pagamento das dívidas externas deve ser suspenso indefinidamente. Essas dívidas, em grande parte, já foram pagas. O total de juros e amortizações entregue aos banqueiros internacionais nestes 19

anos é quase igual ao volume da dívida atual. Revelar de forma ampla, com o objetivo de mobilizar a oposição popular, a espoliação do Brasil pelos multinacionais, a entrega das riquezas e de vastas áreas do território brasileiro aos diferentes grupos imperialistas. Evidenciar o rápido processo de recolonização do Brasil, cuja dependência cresce a cada dia. FORA OS IMPERIALISTAS E SEUS LACAIO!

- Desmascarar o caráter reacionário da grande burguesia brasileira ligada ao capital estrangeiro e ao latifúndio, sua política de apoio ao regime militar, de exploração impiedosa da classe operária e do povo.
- Defender as conquistas obtidas pelo povo na luta contra a ditadura. Que os torturadores sejam punidos e o governo informe ao país acerca dos mortos e desaparecidos na luta contra a reação. Não alimentar ilusões na chamada abertura de Figueiredo nem aguardar passivamente gestos democráticos dos generais reacionários. Lutar contra as leis arbitrárias, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei Antigreve, a Lei Falcão, a Lei de Imprensa, a Lei dos Estrangeiros, etc. Repudiar os julgamentos e as condenações de trabalhadores e democratas pela Justiça Militar. Reclamar eleições diretas para a Presidência da República.
- Mobilizar o proletariado na luta contra o desemprego, agrupando sindicalizados e não-sindicalizados. Exigir o seguro-desemprego por conta dos patrões e do Estado. Pugnar pelas reivindicações específicas dos operários. Opor-se à rebaixa de salários exigida pelo FMI. Rechaçar as intervenções nos sindicatos, batalhar pela unidade, liberdade e autonomia sindical. Ativar a campanha de massas pela

reforma agrária, contra os latifundiários e a grilagem de terras, em defesa dos posseiros. Lutar pelos direitos sociais dos bóias-frias.

- Contribuir para elevar a vendagem do jornal de massas assim como divulgar mais amplamente “A Classe Operária” e a revista teórica do Partido. A imprensa partidária é uma grande arma de ação política de massas que os comunistas e os trabalhadores em geral precisam difundir, sustentar e defender.
- Fazer propaganda de um novo regime de democracia popular, sob a direção da classe operária. Explicar aos trabalhadores e ao povo a necessidade desse regime para resolver em profundidade os graves problemas que o país enfrenta. Popularizar, particularmente entre os trabalhadores, a idéia do socialismo proletário, objetivo essencial da revolução no Brasil.

3. NA ESFERA IDEOLÓGICA É PRECISO:

- Prosseguir no combate ao revisionismo contemporâneo em todas as suas modalidades. Desmascarar as tentativas do PCUS de apresentar-se como defensor do marxismo-leninismo, da violência revolucionária, da ditadura do proletariado, etc., princípios que renegou há muito tempo. Denunciar o eurocomunismo como agência da burguesia reacionária. Aprofundar ainda mais a luta contra o maoísmo e o pensamento Mao Tsetung, erradicando de nossas fileiras quaisquer resquícios da orientação chinesa.
- Combater a social-democracia na sua antiga forma, bem como o reformismo em geral. Denunciar o caráter reacio-

nário dos partidos de feição social-democrata que procuram implantar-se no movimento operário.

- Prosseguir no desmascaramento do partido revisionista brasileiro, agora fantasiado de eurocomunista, e das outras alas desse partido supostamente em processo autocrítico. Continuar a desmascarar a atuação provocadora dos trotsquistas, inimigos do socialismo e da verdadeira revolução proletária.
- Defender a unidade do movimento comunista mundial. Desenvolver o intercâmbio de opiniões, estimular o entendimento entre os marxistas-leninistas de todos os Continentes. Apoiar as iniciativas tendentes a fortalecer a ação comum contra os inimigos dos trabalhadores e dos povos. Educar os comunistas brasileiros no espírito do internacionalismo proletário.
- Intensificar o estudo do marxismo-leninismo ligado aos problemas da revolução brasileira. Organizar cursos em vários níveis, sem desprezar o estudo individual de grande importância na formação dos quadros. Realizar debates, palestras, conferências sobre temas atuais da doutrina da classe operária. Estudar os materiais editados na revista teórica do Partido. Divulgar os clássicos do marxismo, as obras de Enver Hoxha e de outros marxistas-leninistas.

Tais as nossas tarefas na atual situação.

* * *
*
* * *

CAMARADAS

Acercamo-nos do final do Informe do Comitê Central. Dele ressalta, a par do exame multifacético da situação brasileira, o balanço geral da atividade partidária que registra importantes vitórias. Não chegamos a este Congresso com as mãos vazias. Nosso querido Partido obteve remarcados êxitos desde a realização da VI Conferência. É hoje bem diferente — tanto do ponto de vista numérico, como sob o aspecto político-ideológico e, também, quanto a sua influência sobre as massas — daquele Partido de 1966, heróico e obstinado na luta, mas ainda em processo de consolidação, enfrentando uma feroz ditadura militar. Passamos por duras provas, delas saímos honrosamente. A sanha terrorista dos generais não pôde liquidar o Partido nem enxovalhar sua gloriosa bandeira de combate, que se manteve sempre no alto como um desafio intrépido da classe operária e do nosso povo ao regime de traição nacional, ao sistema de exploração capitalista/imperialista. Soubemos defender com firmeza sua linha correta, não cometemos erros graves e conseguimos superar os difíceis momentos por que passou o Partido, em especial aqueles decorrentes da morte e prisão de vários companheiros da direção, em dezembro de 1976. Nosso Partido tornou-se uma força respeitada e amplamente conhecida no cenário nacional e internacional, contando com numerosos amigos entre os marxistas-leninistas, destacadamente o PTA e o seu grande chefe, o camarada Enver Hoxha.

Glória ao P.C. do Brasil! Louvores a seus abnegados militantes que construíram as nossas vitórias!

CAMARADAS

Esta assembléia coroa os trabalhos da realização do Congresso. Durante vários meses, os comunistas debateram as teses do Comitê Central, fizeram observações, revelaram as deficiências, examinaram a atividade dos organismos dirigentes, efetuaram a crítica e a autocrítica. Exerceu-se, assim, a democracia interna.

Estamos certos de que o Congresso representa um passo seguro e indispensável no cumprimento dos nossos deveres revolucionários. Desenvolve a iniciativa dos militantes e dirigentes, impregna a organização do espírito leninista de Partido baseado no centralismo democrático que deve prevalecer em nossas fileiras. Reforça a unidade marxista-leninista do Partido em torno do Comitê Central a ser eleito nesta magna reunião. Prepara o triunfo da nossa causa, a causa imortal do proletariado socialista.

O Partido Comunista do Brasil, reforçado pelas decisões aqui tomadas, saberá vencer todas as dificuldades, corrigir erros e falhas em sua atuação, aprofundar o conhecimento dos problemas da revolução brasileira.

Nosso Partido, destemido na luta, provado em mil batalhas, tem diante de si um futuro brilhante. Há-de derrotar, à frente do proletariado e do povo, os reacionários de todos os matizes, enterrar o capitalismo e edificar o socialismo segundo os ensinamentos de nossos grandes mestres — Marx, Engels, Lênin e Stálin.

